



FERDINANDO DE PAULA MARTINS

**O PROBLEMA DA NATUREZA DA VONTADE EM *O LIVRE-ARBÍTRIO* DE
AGOSTINHO DE HIPONA**

**LAVRAS- MG
2023**

FERDINANDO DE PAULA MARTINS

**O PROBLEMA DA NATUREZA DA VONTADE EM *O LIVRE-ARBÍTRIO* DE
AGOSTINHO DE HIPONA**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte dos requisitos do
Curso de Filosofia, para
obtenção do título de Licenciado.

PROFA. DRA. MELINE COSTA SOUSA
Orientadora

LAVRAS- MG
2023

A minha mãe Roseli e a minha avó Maria que por dificuldades da vida não conseguiram concluir seus estudos, mas em momento algum deixaram de me incentivar, apoiar e torcer por cada vitória e cada conquista. Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Ciências Humanas (DCH), pela oportunidade concedida para a realização da graduação.

Agradeço à professora Dra. Meline Costa Sousa, pela orientação, dedicação, apoio e carinho durante toda a graduação e no processo de elaboração dessa pesquisa.

Agradeço a todos (os) professores do Departamento de Ciências Humanas da UFLA pela dedicação, pelos ensinamentos e amizade ao longo de todos esses anos.

Agradeço às minhas tias Rosilene e Rozilaine e tio Francisco pelo apoio ao longo dos meus quatro anos de graduação a minha prima Mirella e aos meus primos Ronyeu e Riquelmy.

Aos meus colegas e amigos: Rafael Belineli, Jhenifer Mariane, Gabriela Moreira, Cristine Silva, Gabriel Henrique, Felipe Reis, Rafael Nascimento, Jonas Dias, Lucas Henrico, João Miller, Iruam Candido, Wilian Leite, Greison Peixoto, Tiago Alberioni.

Aos meus colegas e amigos que conheci ao decorrer da graduação oferecendo suporte, incentivo e companheirismo ao longo dos anos: Lucas Figueiredo, Luana Saraiva, Wesley Francisco, Thamires Almeida, Thamara Almeida, João Vítor, Junia.

Agradeço às escolas Estaduais de Santo Antônio do Cruzeiro e Nazaré de Minas pelo acolhimento e orientação no meu primeiro ano como docente. As diretoras, supervisoras, docentes e demais profissionais que me acolheram em ambas as instituições.

Aos meus alunos de ambas as instituições por gostarem, respeitarem e admirarem o meu trabalho realizado com eles ao longo de 2023.

A mim pela garra e coragem e por não ter desistido nos momentos de dificuldades.

Resumo

Agostinho de Hipona é reconhecido como um dos filósofos cristãos mais marcantes da história da filosofia medieval e antiguidade tardia, notório por suas reflexões profundas acerca do livre-arbítrio humano, entendido como a faculdade de tomar decisões e agir voluntariamente. Sua obra *O Livre-Arbítrio* 388-395 livros I e II (tradução de 1995) foi central na pesquisa, destacando-se o exame minucioso do dilema da vontade humana e a exploração de questões como o mal, a libido e a sabedoria. Agostinho defendia a liberdade da vontade, mas também argumentava que essa liberdade estava propensa ao mal. O trabalho aborda como o filósofo relaciona diretamente sua teoria à ação humana, afastando Deus de qualquer tipo de mal e, ao mesmo tempo, explorando a conexão entre a vontade humana e a graça divina. Dado que, para ele, a verdadeira liberdade estava em direcionar a vontade para alcançar a graça divina, guiando-se pelo bem proposto pela fé. Além disso, a pesquisa aborda como o filósofo pensava sobre a sabedoria, isto é, a sabedoria como uma contemplação do Bem supremo, enfatizando que, com o auxílio da graça divina, a vontade poderia escolher o bem. Agostinho busca conciliar o livre-arbítrio humano com a soberania divina, salientando que, devido à falibilidade desse livre-arbítrio, os erros e pecados humanos eram inevitáveis. O trabalho também investigou a relação entre a natureza da vontade humana e a libido, explorando como os desejos humanos influenciam a vontade. Destacou-se a importância do autocontrole para alcançar a felicidade, ressaltando que a formação moral está intrinsecamente ligada à natureza humana. Em suma, Agostinho defende o livre-arbítrio como a capacidade de escolher entre o bem e o mal, reconhecendo que a vontade humana, embora inerentemente livre, é suscetível à influência de fatores internos e externos. Concluiu-se que o livre-arbítrio encontra limites na natureza humana e que somente a graça divina pode capacitar os seres racionais a resistir às tentações do mal.

Palavras-chave: vontade, sabedoria, moral, libido, livre arbítrio, Agostinho.

Sumário

Parte I

Introdução	7
I. Capítulo primeiro: O problema do mal	11
1.1 A dissociação entre Deus e o mal moral	11
1.2 A dissociação entre a disciplina e o mal moral	12
1.3 Deus é o responsável pelas más ações praticadas pelos seres humanos?	13
1.4 O pecado e a sua relação com a razão e as paixões	14
1.4.1 Os homicídios e a libido	16
1.4.2 Os homicídios e a lei civil	18
1.5 As leis temporais e as leis eternas	21
II. Capítulo segundo: A vontade humana como origem do mal	24
2.1 A alma humana e a alma animal	24
2.2 O homem é submisso à razão?	26
2.3 Sobre a relação entre a razão e a libido	27
2.4 A relação entre a vontade livre e o pecado	29
2.5 A boa vontade e sua relação com as leis eterna e temporal	31
2.6 A noção de apego e desapego às coisas finitas	32
2.7 A definição do pecado: o mal provém da vontade livre	33
III. Capítulo terceiro: Um estudo sobre a ação humana	35
3.1 A relação entre Deus e o pecado	36
3.2 Se a vontade livre é um bem, por que ela se inclina ao mal?	37
3.3 A prova da existência de Deus: o existir, o viver, o entender	39
3.4 Análise das sensações	40
3.5 O homem e a sua relação com a razão	40
IV. Capítulo quarto: A sabedoria, retorno ao problema moral	41
4.1 A sabedoria como uma faculdade natural	42
4.2 A sabedoria e sua relação com as leis certas e imutáveis	43
4.3 O livre-arbítrio: um bem em si mesmo	46
4.4 A origem do mal: a deficiência do livre-arbítrio	48
Considerações finais	48
Referências bibliográficas	53

Parte II

Plano de Curso	56
Introdução ao Plano de Curso	56
Estratégias de recuperação	61
Objetivos das aulas propostas	61
Referências bibliográficas	66

Introdução

A filosofia agostiniana floresceu em um período marcado por discussões cruciais, nas quais era necessário sustentar a fé por meio de argumentos sólidos. Dentro desse contexto, emergiram questões fundamentais relativas à origem do mal, à natureza do bem, à liberdade, à felicidade e à verdade. Respostas para essas questões são encontradas em sua obra *O livre-arbítrio*.

Convertido em Milão, no ano de 386, Agostinho ainda jovem preocupou-se em defender-se do maniqueísmo (doutrina fundada por Mani) e preocupou-se também em alertar seus amigos sobre os perigos resultantes desta doutrina. O filósofo então redigiu diversos tratados, dentre os quais se encontra a obra que será tratada neste trabalho de conclusão de curso, a dizer, *O livre-arbítrio (De libero-arbitrio)*. Esta obra, que teve seu início de elaboração em 388, não teve o seu término no mesmo ano, passando deste modo, a ter várias nuances em sua escrita. Compreende-se que nem mesmo após o seu retorno a cidade de Tagaste a obra pôde ser finalizada. Entre os anos 394-395, o filósofo, já bispo de Hipona, pôde, assim, findar a sua obra.

A obra *O livre-arbítrio* possui como um dos seus temas principais o problema do livre-arbítrio da vontade humana (a liberdade humana) e a origem do mal moral. Como apontam as biografias sobre o filósofo, desde sua adolescência, ambas as questões inquietavam o Hiponense a ponto de fazê-lo adentrar ao maniqueísmo¹ com o objetivo de elucidar suas dúvidas. No entanto, as posições do maniqueísmo não foram suficientes para satisfazer as inquietações de Agostinho. Deste modo, o filósofo continuou em busca da verdade indubitável, pois, de forma alguma, aceitava a hipótese de que Deus fosse a causa do mal. Assim, não caberia ao mal ter uma existência entre os seres e muito menos ser fruto da

¹ Mani (Manes ou Manchaeus), nascido na Pérsia, no século III, fundou uma religião, o maniqueísmo, após ter sido visitado duas vezes por um anjo que o convocou para esta tarefa, fato este comum entre aqueles que fundam religiões e seitas até hoje. A religião maniqueísta se difundiu pelo Império Romano e pelo Ocidente Cristão. O maniqueísmo combina elementos do zoroastrismo, antiga religião persa e de outras religiões orientais, além do próprio Cristianismo. “Possui uma visão dualista radical, segundo a qual o mundo está dividido em duas forças: o Bem (luz) e o Mal (trevas) como entidades antagônicas em perpétua luz. Luz e trevas no sistema maniqueísta não são figuras retóricas, são representações concretas do Bem e do Mal. O Reino da Luz e o Reino das Trevas estão em permanente conflito. É dever de cada ser humano entregar-se a esse eterno combate para extinguir em si e nos outros a presença das Trevas a fim de poder alcançar o Reino da Luz, que é o Reino de Deus. No maniqueísmo, os homens “eleitos” irão purificar o Bem, com uma vida de castidade, renúncia à família, alimentação especial, etc”. (Lima, 2017, p. 2)

criação divina. O mal também não seria responsável por privar o ser racional de encontrar a Deus e a felicidade.

Retomando as argumentações sobre o maniqueísmo, (Correia²,2013, p. 1) argumenta que o maniqueísmo foi fundado em 230 tendo grande expansão durante a antiguidade, tendo influenciado as regiões da Pérsia, Índia, China, Turquia, dentre outras. O maniqueísmo buscava explicar como o mal se originara no mundo. Compreende-se que esta doutrina possuía um pensamento dualista, isto é, o mundo era regido através de dois princípios, um bom e, em contrapartida, um mal. Princípios estes que se encontravam em luta, pois havia uma oposição entre ambos desde a criação do mundo.

Percebe-se que houve um debate considerável em torno do maniqueísmo, a fim de saber se a doutrina se tratava de uma religião ou de uma heresia, ocorrendo também uma investigação para saber em até que ponto a doutrina de Mani recebia influências do cristianismo. (Correia, 2013, p. 2) afirma que, no século XVIII, o maniqueísmo passou a ser estudado por heresiologia, onde foi possível perceber que a doutrina se encontrava interligada aos valores cristãos e, deste modo, passou a ser considerada como uma heresia. No entanto, a partir dos séculos XIX ao XX o maniqueísmo passou a ser pesquisado dentro da história das religiões, passando desta forma, a ser considerado como uma religião autônoma.

Até o século XVIII, os estudos apontavam que os escritos em torno do maniqueísmo recebiam, de certo modo, as influências dos escritos anti-maniqueístas de Agostinho, sendo considerada uma doutrina sem relação com o cristianismo. Observa-se que os estudos em torno da história do maniqueísmo possuem três grandes momentos: até o século XVIII, período onde era instrumento de estudo dos heresiólogos; do século XIX ao XX período ao qual passou a ser objetivo de estudo pela história das religiões e, por fim, no século XX onde as pesquisas se ampliaram e trouxeram uma compreensão mais ampla sobre a religião maniqueísta.

No entanto, as palavras pregadas pelo maniqueísmo não foram suficientes para satisfazer os questionamentos de Agostinho, fazendo com que ele se afastasse da doutrina, conforme no livro VII das *Confissões*,

Não me esforçava em aprender os temas que ele expunha, mas somente em ouvir como ele os dizia. Permanecera em mim esse fútil interesse, perdidas as esperanças de que se patenteasse ao homem um caminho para chegar a ti. No entanto, junto com as palavras que me agradavam, chegavam-me

² Cf. CORREIA, Joana Paula Pereira. Maniqueísmo: religião, seita ou heresia. **Simpósio Nacional de História**, v. 17, 2013.

também ao espírito os ensinamentos que eu desprezava. (*Confissões*, VII, 14.24; 2014, p. 68)

Assim, Agostinho, antes de propor uma explicação para a origem do pecado diferente da explicação maniqueísta, preocupou-se em discorrer sobre a sua natureza, pois, em sua concepção, cometer o mal não seria nada menos do que submeter a vontade à libido ou, de acordo com o livro I, preferir os bens que proporcionam uma satisfação pessoal em vez de preferir os bens propostos pela fé. No que diz respeito ao segundo livro da obra, compreende-se que o filósofo se preocupou em argumentar sobre a prova da existência de Deus, destacando o sumo Bem como o autor de tudo aquilo que é tido como um bem, inclusive a vontade livre que, mesmo sendo um bem inferior na ordem do todo, não pode ser retirada de conjunto de bens maiores criados por Deus.

Segundo (Gomes 2018, p. 18) Agostinho, ao retornar a Cartago, encontrava-se em seu mais alto nível de liberdade, vivenciando as suas vontades mais internas. Essa liberdade ocasionou ao jovem Agostinho o estímulo para buscar respostas para as suas questões mais complexas. Compreende-se que, ainda durante a sua formação, Agostinho ao estudar retórica e filosofia, sentiu-se instigado pelas obras de Marco Túlio Cícero, filósofo romano, dentre as quais se destaca o *Hortênsio* que possuía ideias do mundo e das coisas, obra que foi responsável por transformar a sua forma de pensar sobre a vida.

No que diz respeito ao mal moral, compreende-se que ele se trata do pecado que depende unicamente da vontade dos seres racionais. Neste presente trabalho, será argumentado que segundo (coelho, 2013, p. 16) o mal é impulsionado pela vontade humana não é dotada de uma “causa eficiente” e sim de uma “causa³ insuficiente”. Pois, de acordo com a sua criação, a vontade humana deveria tender para o Bem supremo. No entanto, existem outros inúmeros bens criados. Deste modo, a vontade livre pode vir a se inclinar para algum deles contrariando, desse modo, a ordem e hierarquia criada por Deus, já que ela escolhe os bens inferiores em vez dos bens que são superiores. Diante do exposto, o mal se deriva através do fato de que existem muitos bens e não somente um único bem. Por este motivo, o pecado se origina na escolha desordenada por algum dos bens inferiores. Devido a isso, o mal moral pode ser compreendido como o avesso de Deus. Pois, apesar do grande dom

³ “O mal é impulsionado e direcionado pela vontade que não tem uma causa eficiente, mas sim, uma causa deficiente. E a origem desta causa deficiente, onde se encontra? No livre-arbítrio, responderá Agostinho, isto é, na possibilidade humana de escolher entre obedecer a vontade de Deus ou contrariá-la, praticando o mal, o pecado. Cf. ROSA, H. W. **Santo Agostinho: o problema do mal e a busca da verdade**, 2011, p. 14-15.

da vontade livre ter sido dado pelo Bem supremo, o mal origina-se através do uso incorreto que é feito pelos seres racionais.

Considerando o exposto, é relevante destacar que a pesquisa concentrou-se nos livros I e II de *O livre-arbítrio* 388-395 (tradução de 1995), com enfoque primordial no exame da questão da vontade humana. Nessa análise, foram explorados temas como o mal moral, a libido e a sabedoria.

Sobre o TCC

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos: O primeiro é intitulado “O problema do mal”. Este primeiro capítulo foca a sua investigação nas primeiras análises formuladas pelos interlocutores sobre o problema do mal moral e a sua relação com Deus e os indivíduos racionais. Através das argumentações presentes no livro I de *O livre-arbítrio*, foi possível compreender que o filósofo afastou do Sumo Bem toda a essência de males, concluindo que o mal é fruto unicamente dos seres racionais.

O segundo capítulo “A vontade humana como origem do mal” consiste em uma análise da segunda parte do livro I de *O livre-arbítrio*. De acordo com o capítulo I, foi possível esclarecer que o mal não se relaciona com Deus, mas com os indivíduos. Por este motivo, o capítulo dois surge como complemento a fim de descobrir por qual motivo os seres racionais praticam más ações como, por exemplo, os sacrilégios. Foi possível esclarecer que os indivíduos cometem atos maus devido a seu próprio ato voluntário, pois os seres racionais possuem o dom da vontade livre. No entanto, por serem livres, os indivíduos a usam de forma contrária para a finalidade que foi dada.

Sobre o livro II de *O livre-arbítrio*, compreende-se que ele surge como ferramenta teórica para dar ênfase às discussões realizadas no primeiro livro da obra, também focando os seus argumentos em torno da origem do mal. Já que no livro II Agostinho continua a sua discussão através de abordagens mais detalhadas acerca da complexidade da vontade humana e também sobre Deus. Aprofundando questões como o pecado, a graça divina e como esses elementos possuem uma relação com a escolha dos indivíduos. Deste modo, é importante ressaltar que o livro II não apenas reforça os argumentos do livro I, mas também expande e elabora as idéias, fornecendo uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre a relação da vontade humana e a graça divina.

A partir do livro II de *O livre-arbítrio*, foram escritos mais dois capítulos que complementam o problema central desta pesquisa, são eles: “A relação entre a vontade e a

liberdade” e “A compreensão da liberdade: um estudo da ação”, no qual analiso os argumentos que reforçam o distanciamento entre Deus e o mal, trazendo novos questionamentos em torno do livre arbítrio. No terceiro capítulo, “Um estudo sobre a ação humana”, também é abordada uma análise em torno das sensações, finalizando com novas discussões em torno da razão. No que diz respeito ao quarto e último capítulo, “A sabedoria, retorno ao problema moral”, encontram-se argumentos relativos à sabedoria, onde ocorre também a retomada do problema moral, chegando à conclusão de que o livre-arbítrio é um bem é si mesmo, embora se trate de um dom que possui um grau inferior aos demais bens. Por este motivo, é possível compreender que a origem do mal se encontra unicamente na insuficiência do livre arbítrio da vontade.

Capítulo primeiro: o problema do mal

Este capítulo possui como intuito tratar o problema do mal (pecado ou mal moral) abordado através do pensamento de Agostinho em *O livre-arbítrio* I. Este primeiro capítulo irá analisar as soluções que foram dadas pelo bispo de Hipona para o problema da origem do pecado. Deste, modo, Agostinho se preocupou em preservar a bondade de Deus, afastando de sua essência divina todos os gêneros de males que se encontram presentes no mundo e, por meio de argumentações junto ao seu interlocutor Evódio, provou que Deus não é o autor do mal.

1.1 A dissociação entre Deus e o mal moral

Compreende-se que um dos grandes problemas abordados por Agostinho nos primeiros momentos do diálogo é afastar de Deus toda a essência do mal. A obra se inicia após Evódio proferir o seguinte questionamento: “Peço- te que me digas, será Deus o autor do mal?” (Agostinho, 1995, p. 25).

Para compreender o âmbito de investigação assumido, o mal possui três tipos⁴, sendo eles, o metafísico ou ontológico, o mal físico e o mal moral, o qual se trata da irresponsabilidade do homem diante de suas ações. No decorrer da obra, Agostinho foca a sua análise no terceiro tipo de mal, a dizer, o mal moral. Assim, os exemplos de males sugeridos em *O livre-arbítrio* I se encontram associados à imperfeição e ao sofrimento dos homens.

⁴ Para uma melhor compreensão acerca da concepção agostiniana dos males físicos e morais, ver AGOSTINHO, Santo. *O livre-arbítrio*. Trad. Nair de Assis Oliveira, São Paulo: Paulus, 1995, p. 245.

Porém, como será mostrado adiante, o bispo de Hipona não aceita a hipótese de que Deus seja o autor de qualquer tipo de mal, pois, em sua concepção, Deus é o sumo Bem. Deste modo, ele não poderia possuir, em si, a prática de algum mal. Contudo, logo nas primeiras linhas do texto, Agostinho argumenta que Deus deve distribuir recompensas aos seres que procedem bem e castigos para aqueles que cometem algum tipo de mal, ou seja, uma punição divina.

[Ag.] Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom- e não nos é permitido pensar de outro modo-, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamarmos ser ele justo, e nega-lo seria blasfêmia-, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigo aos maus. E por certo, tais castigos parecem males aqueles que os padecem. E porque, visto ninguém ser punido injustamente- como devemos acreditar, já que a divina Providência dirige o universo-, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo (Agostinho, 1995, p. 25).

Conforme a passagem, o termo mal pode ser compreendido em dois sentidos, sendo eles: o mal praticado, que é o mal que se pratica contra alguém, e o mal sofrido, que pode ser compreendido ao dizer que alguém sofreu algum tipo de mal. Contudo, é possível compreender que Deus, por ser o sumo bem, não poderia ser o autor do mal praticado. Ainda que Deus puna os pecadores, a punição divina é tomada como um bem na medida em que se trata da justiça divina, a qual é sempre boa.

Depois de pontuadas essas questões, o diálogo apresenta um novo questionamento a fim de descobrir se existe um autor para o primeiro gênero de males já que Deus foi isento de praticar qualquer mal. Deste modo, com as argumentações de Agostinho, é possível compreender que o mal não poderia existir sem que houvesse algum autor. Contudo, para que o mal exista, não existe apenas um único autor, mas cada pessoa, ao cometer algum ato mal é ela própria o autor da má ação cometida.

Em relação às punições aos indivíduos que praticam o mal, esses indivíduos não seriam punidos justamente se não tivessem praticado algum malefício de modo voluntário⁵.

1.2 A dissociação entre a disciplina e o mal moral

Após a conclusão de que cada ser é unicamente responsável pelo mal que pratica, os interlocutores dirigem o diálogo em busca de compreender se o mal pode ou não ser ensinado. Esse problema se origina após o seguinte questionamento de Evódio: “Ignoro se existe

⁵ O tema do voluntário será o objeto de investigação do próximo capítulo.

alguém que chegue a pecar, sem antes o ter aprendido. Mas caso isso seja verdade, pergunto: “De quem aprendemos a pecar?” (Agostinho, 1995, p. 26).

Para a dissolução desse problema, o bispo de Hipona cita a existência da instrução ou disciplina da qual se derivam somente coisas boas. Assim, as coisas más não poderiam ser aprendidas, pois, como da instrução somente se derivam coisas boas, o mal não poderia surgir a partir dela. Segundo Agostinho, a instrução possui o papel fundamental de ensinar e, caso fosse possível ensinar o mal, a instrução não seria um bem. Através dessas pontuações, fica evidente que o objetivo central da instrução é ensinar o indivíduo a evitar o mal e não a cometê-lo. Com isso, é possível concluir que o mal não se aprende. O mal se deriva unicamente após o indivíduo fazer a renúncia da instrução.

Partindo de dois sentidos, Evódio insiste na existência de duas espécies de instrução: uma ficaria responsável pelo indivíduo praticar o bem através de um ensino único referente às boas ações e a outra ficaria responsável por induzir o indivíduo a praticar o mal. Neste momento das argumentações, Evódio argumenta que existiria outro ensino de onde se aprende o mal.

[Ev.] [...] Mas ao me perguntares se a instrução era uma bem, o amor do bem absorveu-me a atenção de todo modo a me fazer considerar, unicamente, o ensino relativo às boas ações, motivo pelo qual respondi que ele era sempre um bem. Mas dou-me conta, agora, que existe um outro ensino, que reconheço seguramente ser um mau, e de cujo autor indago (Agostinho, 1995, p. 27).

Devido às objeções, Agostinho discorre a respeito da inteligência, afirmando que toda inteligência é boa. Como através da inteligência pode-se obter o aprendizado, necessariamente todo o aprendizado é um bem na medida em que se trata da atualização da própria inteligência. Devido a isso, conclui-se que um indivíduo, ao aprender, estará fazendo uso do seu aprendizado e, deste modo, procederá bem. Necessariamente, o indivíduo estará procurando o autor das boas ações. Deste modo, é possível compreender que o indivíduo possui um bem e é instruído ao usa-lo⁶.

1.3 Deus é o responsável pelas más ações praticadas pelos seres humanos?

⁶ “[Ag.] [...] Deixa, pois, de pretender descobrir não sei que mal ensinante. Pois, na verdade, for mau, ele não será mestre. E caso seja mestre, não poderá ser mau” (*O livre-arbítrio* I, 1.3; 1995, p. 27-28).

Os interlocutores argumentaram anteriormente sobre algumas questões relacionadas ao mal. Contudo, ainda não foi solucionado o problema que diz respeito a saber se o mal pode ou não ser ensinado. Neste passo das argumentações, inicia-se novo questionamento: por qual motivo agimos mal? Ao levantar a questão, Agostinho dirige uma crítica à doutrina maniqueísta, afirmando que, ao procurar a causa do mal praticado, acabou levando-o a adentrar a doutrina de Mani. Visto que se não fosse pelo auxílio divino, não poderia de lá ter se libertado. E nem poderia ter aspirado ao que ele denominou como primeira das liberdades, a qual, na concepção agostiniana, seria, a liberdade de poder buscar a verdade, cujos fundamentos foram responsáveis por ajudá-lo a solucionar tal questionamento.

A partir deste ponto, Agostinho reforça o seu pensamento de afastar de Deus a noção de mal, pois, para ele, Deus é uma natureza boa (Sumo Bem), de onde o mal não poderia derivar. Neste momento na obra, o mal passa a ser denominado como “pecado”, cuja procedência não se deriva da essência divina: “Todavia, perturba-nos o espírito uma consideração: se o pecado procede dos seres criados por Deus, como não atribuir a Deus os pecados, sendo tão imediata a relação entre ambos?” (Agostinho, 1995, p. 28).

A partir deste questionamento, o filósofo ainda busca elucidar as questões em torno do mal. Dirigindo o diálogo para os pontos fundamentais da fé, esclarecendo alguns conceitos relacionados a Deus. Destacando, deste modo, alguns pontos importantes para o decorrer da obra: a) Deus detém a mais excelente opinião possível sendo mais autêntico de piedade; b) Deus é um ser todo poderoso e, deste modo, nenhuma parte sequer de sua natureza se torna submissa a qualquer mudança; c) Deus é o criador de todos os bens, porém, ele como essência divina é superior a todos os bens criados por ele; d) Deus governa com justiça tudo aquilo que ele criou, sem que ele sentisse a necessidade de criar algum ser que não fosse autossuficiente, pois, ele tirou tudo de onde não havia nada. Porém, apesar de ter gerado todas as coisas que existem, ele não criou a partir de sua essência divina. Diante dessas argumentações, o filósofo afasta de Deus qualquer essência do mal, pois, como dito anteriormente, da essência divina só se derivam coisas boas, coisas que não podem ser submissas às coisas de teor corruptível.

1.4 O pecado e a sua relação com a razão e as paixões

Em busca da origem do pecado, são inseridos, na obra, alguns exemplos de maus atos (*malefacta*): o sacrilégio, o homicídio e o adultério, os quais são compreendidos como males morais. Agostinho, na busca por provar que o mal decorre do livre arbítrio humano, põe-se a analisar a ação a partir do adultério. Uma vez estabelecido que o adultério é um mal em si e,

por decorrência, proibido pelas leis, o filósofo busca por motivos que expliquem o porquê de uma lei dever proibi-lo visto que algumas coisas boas também podem ser proibidas e condenadas: “[Ag.] Pois bem! Mas se alguém insistir junto de nós exagerando os prazeres do adultério e perguntando-nos por que o julgamos condenável? (...)” (Agostinho, 1995, p. 30).

Através deste questionamento, os interlocutores buscam uma resposta para saber se o adultério pode ou não ser considerado um pecado. A partir deste ponto, na tentativa de esclarecer que o adultério se trata de um mal, Evódio discorre a seguinte afirmação: “[Ev.] Sei que é um mal (o adultério) porque não quisera ser eu mesmo vítima dele na pessoa de minha esposa. Ora, quem quer que faça um mal o qual não quer que lhe façam, procede mal” (Agostinho, 1995, p. 31).

Através dessa argumentação, é inserido outro termo de grande importância na obra e de grande importância para a resolução do problema, a libido. Entretanto, em sua obra, o filósofo não apresenta, de fato, uma definição específica para o termo. O filósofo não determina o termo libido em relação a um sentimento específico, mas se refere ao desejo, ao desejo de possuir dinheiro, poder, liberdade, etc. Por este motivo, é necessário buscar argumentos para, de fato, chegar a uma compreensão que seja mais adequada no que é proposto por Agostinho.

Segundo (Degani⁷,2018, p. 16-18) o termo correto para se referir ao tipo de inclinação que Agostinho discorre em sua obra é libido e não paixão⁸, visto que o termo libido costuma ser associado a um desejo desagregado que, por sua vez, contradiz a ordem natural da natureza humana. Em sua obra, Agostinho apresenta a libido como a responsável pelo

⁷ Foi utilizada a dissertação de Patrícia Degani para uma compreensão acerca da libido. Cf. DEGANI, Patrícia. **O agir humano em Confissões e obras anteriores de Agostinho de Hipona: um estudo das relações entre libido, consuetudo e voluntas**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

⁸ No entanto, a tradução de libido por paixão ocorre de forma recorrente na obra *O livre-arbítrio*, no entanto, o termo paixão se deriva de *passio* que se refere a sensações. Segundo Cícero, ao nascer somos instantaneamente familiarizados com todos os tipos de depravações e perversidades, por este motivo, apreendemos o erro. Deste modo, os melhores homens erram, não por suas intenções, mas por uma conduta equivocada, como por exemplo, o amor pelo dinheiro, pela luxúria ou pelos prazeres. Cícero argumenta que isso ocorre por haver uma desordem na mente sendo mais perigosas que a desordem do corpo, sendo deste modo de natureza mais perigosa, pois, se tratam de perturbações, onde a mente se encontra desordenada em fator dos desejos. Os gregos associaram essa desordem com o termo *πάθη* que significa sofrimento. No entanto, Cícero argumenta em sua obra que alguns filósofos associam esses movimentos como movimentos perturbadores da alma, deste modo, essas perturbações são melhor traduzidas através da língua latina, do que pela língua grega, visto que em latim essas perturbações se referem exclusivamente a uma espécie de inclinação a luxúria, raiva, vingança, desejo. Cf. CICERO'S, **Tusculan Disputations: Literally Translated, Chiefly B Y V. D. Yonge**. New York: Harper & Brothers, Publishers, Franklin Square. 1888. III, 1, 5, p. 92.

movimento dos indivíduos em direção às coisas que afastam o homem da sabedoria de sua natureza racional.

O pressuposto assumido durante a análise do exemplo do adultério é que todos reconhecem se tratar de um mal. Contudo, se um indivíduo entregasse, de alguma forma, a sua esposa a outro inspirado pela libido, com o intuito de obter a mesma permissão em relação à esposa do outro, o adultério deixaria de ser um mal? Neste caso, tal ação não poderia ser considerada um mal visto que esse homem não estaria pecando. Se o critério assumido para determinar o que é uma má ação for não fazer ao outro aquilo que não gostaria de sofrer, o adultério aceito não seria uma má ação, pois não se trata de fazer o que alguém não gostaria de suportar. De certa forma, alegando que as razões levantadas pelo seu discípulo não são suficientes para concluir que o adultério se trata de um mal, Agostinho pede ao seu interlocutor que procure outra razão para convencê-lo que, de fato, o adultério se trata de um pecado.

A segunda etapa da demonstração de que o adultério é um mal decorre de assumir que muitos homens já teriam sido condenados por tal ação, logo, o adultério seria um crime. Em contrapartida, o filósofo afirma que, com frequência, muitos homens haviam sido condenados também por boas ações. Fazendo uma alusão às *Escrituras*, o filósofo cita que o homem era condenado por gozar da autoridade divina como, por exemplo, os apóstolos e mártires que foram condenados por seus contemporâneos. Sendo, desta forma, sinal de má ação, pois esses mesmos homens haviam sido condenados por terem confessado a sua fé já que, naquela época, era crime crer em Cristo e, diante disso, confessar a sua fé. Com isso, o bispo de Hipona afirma que nem tudo aquilo que é condenado pelos homens se trata de um mal, sendo necessária, mais uma vez, a busca por outra razão que possa, de fato, considerar o adultério como um mal. Deste modo, Agostinho procura, na libido, a malícia por trás do adultério.

Como uma hipótese levantada para explicar que a libido é o mal por trás do adultério, o filósofo discorre que, se um homem estiver impossibilitado de abusar da mulher do seu próximo, mas se for demonstrado o seu desejo, este homem não seria menos culpado do que aquele que teria sido pego em flagrante realizando, de fato, o ato, pois este homem teria realizado o ato caso ele pudesse. Com essas pontuações podemos compreender que não são necessárias outras argumentações para compreender que os pontos expostos por Agostinho também são válidos em relação aos sacrilégios e homicídios. Portanto, é possível concluir que o mesmo é válido para os outros tipos de pecado.

1.4.1 Os homicídios e a libido

A partir deste ponto no diálogo, os interlocutores discorrem sobre duas objeções relacionadas ao homicídio. Em um primeiro momento, as análises ocorrem com o intuito de compreender qual é a relação existente entre os homicídios e a libido, levando Agostinho a questionar se a libido também poderia ser denominada como concupiscência (o desejo mal).

O caso do homicídio, onde o indivíduo mata o outro por temor ao sentir medo, leva o filósofo a questionar se esse ato poderia ser concebido como algum tipo de mal ou não. Para ele, este ato também pode ser considerado como mal visto que, ao matar, o indivíduo possui o intuito de preservar a sua vida, mata por medo e, nem por isso, esse indivíduo estaria deixando de executar uma ação, ou seja, ele não estaria isento de ser guiado pela concupiscência. O indivíduo ao tirar a vida do outro, sentiu o desejo de cometer tal crime auxiliado pela libido, desejando viver uma vida sem medo.

Assim, no diálogo, o medo é visto como um desejo da mesma forma que a concupiscência. Porém, em um sentido contrário, em um sentido de afastamento daquela coisa que possa ocasionar algum tipo de mal ao indivíduo. No entanto, mesmo estando em uma posição de autodefesa, é possível compreender que o mesmo indivíduo não deixa de estar movido pela libido. Ele mataria pelo desejo de preservar a sua vida, ou seja, ele também estaria cometendo uma espécie de pecado.

Segundo o filósofo, aquele indivíduo que deseja um bem, está desejando diretamente possuir uma vida isenta de medo⁹, desejo que não pode ser condenado, pois caso fosse algo condenável, seria necessário condenar como culpados todos aqueles que desejam algum tipo de bem. O filósofo alega que não é correto afirmar que todo pecado, para que seja mal, deva ser cometido pela libido. Assim, haveria uma espécie de homicídio que não seria pecado. Deste modo, é possível perceber que surge no diálogo uma espécie de investigação com o intuito de solucionar qual seria esse tipo de homicídio que não poderia ser considerado um mau ato.

Citando o exemplo do soldado, Evódio discorre que, por algum motivo, pode ocorrer que certa espécie de homicídio não seja considerada um pecado. A partir desse momento, são apresentados três exemplos importantes: um soldado pode matar um inimigo, um juiz pode executar um criminoso, o escravo mata o seu senhor. Agostinho questiona se os indivíduos que matam nessas ocasiões podem ser chamados de homicidas. Seu interlocutor argumenta

⁹ No diálogo *O livre-arbítrio*, é possível compreender que o medo se trata de um bem, porém, esse bem não pode levar o homem a cometer algum homicídio.

haver uma diferenciação no último exemplo, pois, nos outros dois exemplos, o soldado e o juiz atuam em conjunto com a lei. Já o ato do escravo estaria em uma instância oposta à lei.

É possível compreender que, mais uma vez, as argumentações de Evódio não surtiram um efeito esclarecedor para Agostinho. De fato, ambos concordam e creem nas leis, porém é necessário elucidar o porquê a lei pune esses atos e se eles se efetuam ou não de acordo com a razão. Evódio afirma que a lei pune com razão o escravo, pois ele quis matar o seu senhor, o que não ocorre nos outros crimes citados. Contudo, Agostinho argumenta que o escravo matou o seu senhor, mas que não possui consigo o desejo culpável.

Deste modo, é possível compreender que Agostinho novamente argumenta sobre o medo, pois, o escravo ao matar o seu senhor, não o mata por libido. A ação cometida pelo escravo foi uma ação guiada com o intuito de preservar a sua vida. O medo se difere da concupiscência, pois, não se trata de algo que esteja associado a algum tipo de prazer. Contudo, como já foi argumentado, ambos os interlocutores concordam que todas as ações más são unicamente causadas pela libido, ou seja, pelo desejo culpável.

Agostinho questiona se o escravo poderia ter desejado libertar-se do seu senhor devido à libido, afirmando que desejar uma vida sem temor não é algo exclusivo somente para os homens bons, mas também para os homens maus. No entanto, há uma diferenciação: os bons praticam o seu desejo renunciando ao amor por coisas que eles não podem possuir sem o perigo de perdê-las. Em contrapartida, os maus, usam do seu desejo para usufruírem de forma plena e segura essas coisas. Deste modo, eles usam a seu favor tudo aquilo que possibilite o acesso ao objeto do seu desejo a fim de evitar a sua perda. Como, por exemplo, no caso do soldado e do juiz, pois é possível compreender que ambos atuam em conformidade com a lei com o intuito de preservação de algum bem, ou seja, eles agem em conformidade com a lei com a intenção de preservarem a sua profissão. Logo, seus atos não podem ser punidos. Dessa forma, esses indivíduos que agem de um modo perverso levam uma vida criminosa e perversa, vida que o filósofo associa à morte.

Assim, é possível compreender que os argumentos apresentados foram suficientes para a compreensão de que a natureza do desejo culpável pode estar ligada unicamente à libido. A principal causa, portanto, é o amor desordenado pelas coisas terrenas que se podem perder contra a própria vontade,¹⁰ no caso do escravo, a vida e, no exemplo do soldado e do juiz, o seu ofício.

¹⁰ O termo vontade também será objeto de investigação do capítulo II.

1.4.2 Os homicídios e a lei civil

Depois de concluídas as argumentações referentes à primeira objeção, a qual tratou dos homicídios relacionados à libido, os interlocutores discorrem em torno da segunda objeção, a qual possui como objetivo central obter a compreensão dos homicídios cometidos diante de um ato de autodefesa. Por fim, analisar se esse tipo de ato seria ou não admitido perante a lei civil.

Neste passo do diálogo, os interlocutores discorrem em busca de esclarecer se a libido também é responsável por dominar os indivíduos, levando-os, desta forma, a cometer os sacrilégios, os quais muitas vezes, são cometidos por superstição. Porém, é notável que as argumentações sobre o sacrilégio não continuam nessa parte do diálogo. Após adiar a discussão sobre o sacrilégio, é retomada a análise com o intuito de esclarecer se um indivíduo pode matar algum inimigo ou um assaltante violento com a intenção de preservar a sua vida sem que exista nenhuma espécie de dominação pela libido como, por exemplo, um inimigo que ataca violentamente, ou no caso de um assaltante. Agostinho propõe investigar se, nesses casos, ocorrendo o ato de defesa pela própria vida ou por liberdade ou medo, ou seja, em autodefesa, seriam atos cometidos sem a libido e se seriam, ou não, admitidos pela lei.

[Ev.] Como poderia pensar que estejam sem paixão aqueles que lutam para salvaguardar essas coisas, as quais só poderiam vir a perder contra a própria vontade? Ou então, caso não as percam desse modo, qual seria a necessidade de as defender a ponto de causar a morte de um homem? (Agostinho, 1995, p. 36).

Agostinho levanta uma série de questionamentos com o intuito de descobrir se as leis são justas, ou não, em determinados casos como, por exemplo, no caso de um viajante matar o seu assaltante, ou seja, no caso de um indivíduo matar o seu agressor para evitar sofrer um abuso e, novamente, no caso do soldado que mata o seu inimigo em conformidade com a lei¹¹.

Assim, faz-se necessário descobrir se poder matar um agressor não significa que o deva matá-lo. Neste sentido, a lei permitiria que os indivíduos cometessem crimes ou maus atos menores com a intenção de evitar que crimes maiores viessem a ocorrer. Como, por exemplo, a morte de um agressor injusto é vista como um mal menor do que um homem que mata em legítima defesa, e que o homem ao ter o seu corpo violentado é uma coisa mais perversa do que matar o indivíduo que tentava violenta-lo.

¹¹ “[Ag.] (...) Porventura, ousaríamos afirmar que tais leis são injustas e mesmo não serem leis?” (*O livre-arbítrio* I, 5. 11; 1995, p. 36).

Neste contexto, é retomado o exemplo do soldado que foi ordenado pela própria lei a matar o seu inimigo. Se caso houvesse uma recusa por parte do soldado em executar tal tarefa, necessariamente, o soldado seria punido pela própria lei. Visto que, no caso do soldado, seria mais fácil que ele agisse sem o auxílio de qualquer espécie de libido, pois ele estaria unicamente exercendo o seu dever. Portanto, na concepção de Evódio (*O livre-arbítrio* I, 5. 11; 1995, p. 37), a própria lei que foi criada para a defesa do povo não é passível de nenhuma espécie de acusação em relação a qualquer libido, pois as boas leis teriam sido criadas de acordo com a lei divina (a lei de Deus) para proteger o seu povo em comum acordo com a justiça eterna.

Em contrapartida, se um legislador, ao legislar alguma lei, tivesse sido movido pela paixão, esse fato não significa que ele tenha cedido a ela, pois uma boa lei pode ser promulgada por um mau legislador. Por exemplo, em um caso de corrupção, onde um tirano recebe uma quantia em dinheiro para promulgar uma lei, onde é proibido raptar uma mulher ou até mesmo sendo proibido se casar com a mesma. Na concepção de Evódio, é possível se conformar às restrições desta lei sem o auxílio da libido de modo que, para a proteção do povo, é repellido com força o ataque violento de um inimigo, sendo possível dizer a mesma coisa em relação a aqueles que estão sob o poder das ordens de qualquer autoridade em vista do indivíduo que age em autodefesa, o inimigo violento e o assaltante.

[Ev.] [...] Visto que a lei não obriga a matar. Deixa-lhes somente a possibilidade de o fazer. Ficam elas assim livres de não matar ninguém, em defesa daqueles bens que poderiam perder contra a própria vontade e que devido a isso não deveriam amar com tanto apego (Agostinho, 1995, p. 37).

Deste modo, não é possível compreender se a vida é ou não retirada do indivíduo com a morte do seu corpo. Caso a vida pudesse ser tirada, ela seria um bem menor, sendo possível questionar se esse bem poderia ser realmente atribuído ao indivíduo. Contudo, é possível compreender que o interlocutor não condena o fato de que a lei autorize a morte dos agressores, porém, o mesmo deixa em um sentido de aporia a relação sobre aqueles que matam agindo contra a lei.

Diante destes fatos, é necessário saber se as paixões podem ser desculpadas pela lei civil e se as mesmas são condenadas pela lei divina. A partir de então, o filósofo busca explicar por qual motivo seria necessário defender os indivíduos no caso em que as leis humanas não os consideram culpados. Seu interlocutor argumenta que talvez nenhuma dessas leis exteriores possa condenar esses indivíduos, porém, não se sabe se esses mesmos

indivíduos estariam sujeitos a outro tipo de lei: “[Ev.] Mas não sei se eles mesmos não estão sujeitos a outra lei, muito mais rigorosa, e bem mais secreta, já que a divina Providência nada deixa de governar neste mundo” (Agostinho, 1995, p. 38).

Após esta pontuação, é possível perceber o surgimento de um novo questionamento em relação às leis. Ou seja, apesar da existência da lei divina, como poderiam estar livres do pecado aqueles indivíduos que, de certa forma, mancham-se com sangue humano com o intuito de preservar alguns bens indignos? Como uma resposta para este problema, Evódio discorre que a lei humana reprime os crimes visando manter a paz entre os homens visto que, existem penalidades específicas para cada tipo de ato. Na concepção de Evódio, somente a sabedoria é capaz de proporcionar a liberdade para o indivíduo.

No entanto, para Agostinho, a lei cuja responsabilidade é a de reger a sociedade civil é capaz de deixar ilesas muitas ações más que serão reprimidas através da providência divina. Assim, a lei humana não é capaz de fazer tudo, por este motivo, ela é causa de reprovação da lei divina. Diante destes argumentos, é necessário buscar uma distinção entre a lei eterna e as leis temporais.

1.5 As leis temporais e as leis eternas

Ainda argumentando a respeito das leis com o intuito de provar que o pecado se origina do mau uso da vontade, é possível compreender que Agostinho busca esclarecer cuidadosamente até que ponto as más ações podem ser objeto de castigo perante a lei humana, a qual busca deixar de maneira justa a vida dos indivíduos. O filósofo também busca esclarecer a relação punitiva que ocorre através da providência divina, a qual Agostinho considera ser inevitável. Na obra, o filósofo cita a providência divina¹². No entanto, ele não especifica de maneira clara o que, de fato, vem a ser tal lei.

Na obra Agostinho denominada *A ordem*, é possível compreender que o termo providência divina está diretamente relacionado a Deus “Deus - providência, onisciência e onipotência -, criou tudo e tudo governa, de tal forma que nada acontece no universo por acaso¹³” (*A ordem* I, V, 14). Segundo (Nunes, 2013, p. 11)¹⁴, como Agostinho afirma que o

¹² “[Ag.] Se te agrada, procuremos agora, com cuidado até que ponto as más ações devem ser castigadas pela lei humana que modera os povos nesta vida. Em seguida, vejamos o que cabe à ação punitiva da Providência divina, de certo modo oculto, mais inevitável” (*O livre-arbitrio* I, 6.14; 1995, p. 39).

¹³ Cf. Introducción general. Vida de San Agustín, escrita por San Posidio. Introducción a los Diálogos. Soliloquios. De la vida feliz. Del orden. Bibliografía agustiniana. En Edición Bilingüe. 1969, p. 609.

¹⁴ Cf. Nunes Costa, Marcos Roberto. **Santo Agostinho e o problema dos futuros contingentes**. *Revista Archai*, núm. 10, enero, 2013, p. 11-18.

universo foi criado por Deus, não existe lugar para a desordem ou até mesmo para o acaso. No mundo, nada pode estar fora da ordem visto que não se pode pensar nada contrário a Deus. Sendo assim, existe uma perfeita ordem no universo e, através dessa ordem, tudo passa a estar submetido à divina providência (*A ordem* I, VI, 15).

Após elucidadas essas questões, é retomada a investigação em torno das leis temporais e eternas. Segundo Agostinho, apesar de as ações correspondentes às leis eternas e temporais serem complexas de serem compreendidas, o filósofo afirma que tal questão possa ser resolvida com o auxílio da lei divina. Com intuito de elucidar tais questões, o bispo de Hipona pontua uma série de questões:

[Ag.] (...) Essa lei que se promulga nos códigos é, na verdade, útil aos homens que vivem na terra? (...) Esses homens e povos pertencem eles à categoria das coisas que não podem perecer nem mudar, por serem eternos, ou, ao contrário, são eles mutáveis e sujeitos ao fluxo do tempo? (Agostinho, 1995, p. 39).

Para responder a essas questões, o diálogo apresenta a distinção entre as leis eternas e temporais. A argumentação parte da impossibilidade que tais leis existam juntas. Portanto, a lei confere o poder ao indivíduo, por meio da qual se faz a escolha de seus magistrados, ou seja, a lei confere ao indivíduo o poder de escolher os seus superiores. Já a outra lei recusa que o indivíduo venha a ter este poder de escolha. Este segundo tipo de lei, na concepção agostiniana, é responsável por expor que ambas as leis não podem existir juntas na mesma cidade. Deste modo, Agostinho questiona se seria possível dizer que uma dessas leis poderia vir a ser uma lei injusta e, por este fato, não poderia ter sido promulgada.

Através deste argumento, o filósofo denomina como lei temporal a lei que, em um primeiro momento, poderia ser considerada como uma lei justa, entretanto, devido às circunstâncias relacionadas ao tempo, essa lei pode vir a ser mudada sem que haja algum tipo de injustiça.

Para que seja possível uma melhor compreensão a respeito da distinção entre as leis, é necessário que se compreenda a noção de lei eterna apontada por Agostinho. Esse segundo tipo de lei é descrito como “razão suprema de tudo” (Agostinho, 1995, p. 41). Segundo o filósofo, a lei eterna é a lei que o indivíduo bom precisa obedecer com rigor para que seja possível o merecimento de uma vida feliz e, em contrapartida, os maus uma vida infeliz. O bispo de Hipona argumenta que a lei eterna se estabelece através da lei temporal, sendo a primeira compreendida como uma lei imutável.

Ao argumentar novamente sobre a lei dos homens, Agostinho discorre que tudo de justo e legítimo que se encontra na lei temporal foi retirado da lei eterna como, por exemplo, o fato de que, as vezes, os próprios indivíduos possuem o direito de elegerem seus superiores: “A justiça dessas diversidades temporais procede da lei eterna, conforme a qual é sempre justo que um povo sensato eleja seus governantes e que um povo irresponsável não possa” (Agostinho, 1995, p. 41).

Agostinho conclui que a noção de lei eterna se trata de uma noção que é impressa no nosso espírito, ou seja, é uma lei que possui como virtude fazer com que todas as coisas estejam de maneira perfeitamente ordenadas. Deste modo, como lei superior, ela é a única responsável por regular as mudanças das leis temporais, regulando, desta maneira, todas as mudanças a serem introduzidas no governo dos homens. É possível concluir, através das argumentações sobre as leis, que nada no mundo pode ser capaz de fazer com que a lei eterna seja injusta e que nada pode impedir que todas as coisas estejam de forma perfeitamente ordenada.

Capítulo segundo: A vontade humana como origem do mal

Até este ponto foram explorados os conceitos que envolvem o mal moral. Foi possível, assim, compreender que Agostinho afastou de Deus (Sumo Bem) toda a concepção de mal a partir do momento em que o filósofo afirma que cada indivíduo, ao escolher pecar, torna-se o autor do próprio pecado cometido. Compreende-se também que todas as criaturas são bens de acordo com sua respectiva natureza; seu único mal se encontra na imperfeição. Hannah Arendt em sua obra *A vida do espírito* (2000, p. 248)¹⁵ conferiu a Agostinho o título de primeiro filósofo da vontade. Deste modo, tendo em vista o papel da vontade na discussão moral agostiniana, o objeto de pesquisa deste segundo capítulo se volta para a noção de vontade.

Compreende-se que a vontade, por ser uma faculdade livre, faz com que os seres racionais escolham se inclinarem em direção às coisas terrenas, afastando-se do que seria um movimento bom. Este movimento desordenado Novaes (2002) denomina como “contra vontade”¹⁶.

¹⁵Cf. ARENDT, HANNAH. **A vida do Espírito**: o pensar, o querer, o julgar/ Hannah Arendt: Tradução Antônio Abranches, Cesar Augusto R. de Almeida, Helena Martins; revisão técnica Antônio Abranches: Copidesque e preparação de originais Ângela Ramalho. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2000.

¹⁶ Cf. NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. **Vontade e contravontade. O avesso da liberdade**. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

2.1 A alma humana e a alma animal

Após as primeiras análises em torno do mal moral com respeito aos tipos de males e as leis, Agostinho (*O livre-arbítrio* I, 7.16; 1995, p. 43) retoma o problema da causa ou origem do mal. Desta vez, com o intuito de descobrir até que ponto a vontade livre é responsável por induzir o indivíduo a pecar. Já foi pontuado por Agostinho que o homem está ordenado em si mesmo e que uma nação é constituída de vários homens que se unem sob as regras da lei temporal.

Porém, a partir desse momento, é preciso questionar: viver é o mesmo que saber o que se vive? Este questionamento se articula diretamente com o problema tratado anteriormente, visto que o homem foi criado para viver retamente, no entanto, ele se inclina as coisas finitas através da libido. Partindo deste ponto, é possível questionar se o indivíduo que vive sabe que ele vive.

Para a elucidação de tal questão, o texto aborda a diferenciação entre os seres humanos e os animais. Agostinho aponta que os animais podem ser dominados pelos homens. Desta maneira, os animais obedecem aos homens através do hábito de serem dominados. Porém, é evidente, para Agostinho, que os homens possuem razão e certas habilidades e que, por esse fato, ultrapassam determinado número de animais. Deste modo, os animais não conseguiriam exercer a sua força sobre os homens. Também é possível compreender que, no espírito do homem, reside uma faculdade responsável por torná-lo superior aos animais. Deste modo, Agostinho conclui que aquilo que os seres humanos denominam como saber não seria outra coisa a não ser a percepção obtida através da razão.

No entanto, através das argumentações, surge o seguinte questionamento: saber que vive é algo decorrente da razão? Para a elucidação deste problema, é necessário fazer a dissociação entre o homem e os animais. Até este ponto, é possível ter certeza de que os homens se diferem do restante dos animais por serem dotados de razão, diferentemente dos animais irracionais. Deste modo, Agostinho afirma que “nem todo o ser existente sabe que vive, mesmo que todo o ser que sabe que vive seja necessariamente um ser vivo” (Agostinho, 1995, p. 45).

É possível compreender que o homem possui outro elemento que o auxilia na distinção entre os seres humanos e os animais, a libido. No entanto, o bispo de Hipona discorre que não se deve colocar os seres humanos que são dotados de libido em uma situação de superioridade perante aos outros animais. Isso porque é exclusivamente pela libido que os seres humanos se inclinam às coisas finitas, fazendo com que se revoltam contra a razão.

Agostinho parte do pressuposto de que somente quando a razão domina com excelência os movimentos da alma, o homem se torna perfeitamente ordenado, o que não ocorre quando o homem se inclina às coisas inferiores com o auxílio da libido. O filósofo pontua que, quando a razão (a mente ou o espírito) governa os movimentos irracionais da alma, é que se torna possível dizer o que está verdadeiramente dominado no homem, aquilo que de fato deve dominá-lo, ou seja, a lei eterna.

Ao usar as Escrituras como base de seu argumento, Agostinho (*O livre-arbítrio* I, 7.17; 1995, p. 46) afirma que aquilo que coloca o homem acima dos animais, seja mente ou espírito, é responsável por dominar os indivíduos e, quando ocorre essa dominação, esse elemento superior não domina apenas o homem, mas também todos os outros elementos que o constituem, tornando-o perfeitamente ordenado. No entanto, observa-se que o homem, assim como os animais e as plantas, apesar de possuírem naturezas distintas, compartilham entre si alguns elementos comuns em suas respectivas naturezas: a ingestão do alimento, o crescimento, a fortificação, a geração dos filhos.

Os animais também são dotados de força e agilidade dos movimentos corporais. No entanto, o filósofo afirma que, em tudo isso, os seres humanos são superiores em relação a alguns desses animais, iguais a alguns e também inferiores com respeito a outros. Conforme discorrido por Agostinho, possuímos uma natureza abrangentemente comum com a natureza dos animais. No entanto, em relação à busca por satisfação dos prazeres corpóreos, essa inclinação seria pertencente à natureza dos animais. Assim, compreende-se que os seres humanos são dotados de outras propriedades importantes que distinguem os homens dos animais, como por exemplo, a diversão e o ato de rir. Essas propriedades são características exclusivas dos seres humanos, como também o amor aos elogios, à glória, o desejo de dominar, os quais, não pertencem aos animais. Entretanto, é possível compreender que o Hiponense aconselha que os seres humanos não devam se sentir superiores aos animais por possuírem essas inclinações, visto que, se essas mesmas inclinações forem em sentido oposto à razão, o ser humano se torna um indivíduo desafortunado.

Assim, é possível compreender que os seres humanos também se distinguem dos animais pelo fato de viverem sabendo que vivem diferentemente dos animais que são seres vivos, no entanto, não sabem que vivem. Deste modo, o ser humano se encontra no topo da hierarquia entre os animais e os vegetais pelo fato possuir a razão. Diante dessas considerações, o filósofo afirma que, para um indivíduo estar perfeitamente ordenado, a sua razão deve exercer domínio sobre todos os movimentos da alma. Deste modo, somente quando a razão exerce o seu domínio, ela passa a governar também os movimentos irracionais

do homem uma vez que a razão esteja em conformidade com os ensinamentos obtidos através da lei eterna.

2.2 O homem é submisso à razão?

Agora, os interlocutores se preocupam em esclarecer se o homem se torna sábio quando está submetido à razão. A partir da diferença existente entre o homem sábio e o homem insensato, é possível perceber que o homem insensato nada mais é do que o oposto de um homem sábio.

[Ev.] A quem não será evidente que o insensato é aquele em quem a mente não reina como autoridade suprema? (...) [Ag.] O que dizer então quando um homem se encontra nessa situação? É a mente que lhe falta ou, então, apesar de ela estar presente, falta- lhe o domínio que lhe corresponde? (Agostinho, 1995, p. 48).

Para a elucidação destes questionamentos, o filósofo retoma o diálogo sobre a relação entre os homens e os animais, focando nos animais que são dominados pelos homens. Agostinho compreende que os animais são dominados por possuírem uma inferioridade em relação aos homens. Em relação a essa superioridade dos homens, o filósofo afirma que ela reside especificamente na alma, isto é, ela se encontra transcendente ao corpo do indivíduo. Agostinho afirma que, em relação a essa superioridade, não há uma nomenclatura mais adequada do que razão. No entanto, o filósofo acredita que a razão também pode ser denominada como mente ou espírito. É importante considerar que essa faculdade não se encontra nos animais, fazendo deles seres irracionais.

Agostinho (*O livre-arbítrio* I, 9.19; 1995, p. 49) questiona, a respeito dos domadores de animais ferozes, se estes domadores poderiam ser ou não considerados homens sábios. Para ele, o sábio é aquele indivíduo que possui uma vida ordenada pela submissão total da libido ao domínio da mente. No entanto, para Evódio, não seria viável considerar sábios todos os domadores, vaqueiros, cocheiros e também aqueles que possuem domínio sobre os animais domesticados. Em relação aos animais indomáveis, o homem não pode exercer sobre eles o seu domínio. Portanto, não é correto, para Evódio, que esses homens sejam considerados homens sábios, pois, estes homens estão em posse de suas habilidades.

Através dessa pontuação, o bispo de Hipona afirma que é possível conhecer claramente a existência de uma mente no homem, mesmo que essa mente não exerça sobre o homem o seu domínio. Portanto, é fato que esses homens possuem a mente, pois se não possuíssem, não seria possível que eles realizassem suas atividades. No entanto, por essa

mente não exercer nenhum tipo de domínio sobre esses homens, Agostinho argumenta que eles são insensatos, finalizando que é claro que a faculdade da mente reside somente nos sábios.

2.3 Sobre a relação entre a razão e a libido

Depois de discorrerem sobre alguns temas relacionados à mente e a razão, os interlocutores passam a investigar outros aspectos, concluindo que homem, por possuir o domínio da mente, teria acesso à sabedoria. No entanto, a mente não parece exercer, sobre as ações do homem, um tipo de domínio. Partindo desse esclarecimento, os interlocutores retomam¹⁷ as argumentações relacionadas à libido, procurando esclarecer se existe alguma força que possa fazer com que a razão se submeta à libido.

Neste passo da argumentação, o filósofo questiona se seria possível a libido ser mais poderosa do que a mente uma vez que a lei eterna estabelece que os indivíduos tenham domínio sobre todas as formas de libido. O filósofo discorda deste ponto, pois, caso a libido fosse mais forte do que a mente, seria a contradição da ordem perfeita, segundo a qual o mais forte domina o menos forte. Por este motivo, Agostinho esclarece que é importante compreender que a mente é mais forte e mais poderosa do que a libido. Com isso, o filósofo afirma que é totalmente correto que a mente domine a libido. Assim, é possível chegar à conclusão que nenhuma alma viciada pode dominar uma alma virtuosa. Desse modo, todo espírito é mais nobre e poderoso do que qualquer ser corporal visto que nenhum corpo, independente de sua força, é capaz de derrotar aquele espírito que é dotado, em si mesmo, de virtude. Sendo unicamente Deus (o Sumo Bem) o único ser capaz de ser maior do que uma mente dotada de razão.

Agostinho afirma que o sumo Bem não poderia, de maneira alguma, agir de forma injusta perante aqueles que possuem uma mente virtuosa. Além do mais, mesmo que esse Ser (Deus) tivesse o poder de agir com injustiça, ele não seria capaz de submeter a mente do ser humano a libido. Neste sentido, o filósofo deixa clara a relação entre a mente e a libido de duas formas: em um primeiro momento, afirma que toda a potência que se encontra de forma igual ou até mesmo superior à mente, exercendo o seu domínio, encontra-se dotada de virtude. Por este fato, ela não pode ser escrava da libido. Em um segundo momento, argumentando sobre as coisas inferiores, as quais devem ser submetidas à razão devido à inferioridade. Deste modo, “(...) não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a

¹⁷Cf. *O livre-arbítrio* I, 10.20; 1995, p. 50.

própria vontade e o livre-arbítrio” (Agostinho, 1995, p. 52). Caso a mente viesse a ser escravizada pela libido, seria uma espécie de castigo visto que a mente perderia a sua essência virtuosa, pois o exercício da libido, ao se impor diante do ser humano, tem como consequência a perturbação da vida e do seu espírito. Dentre os males ocasionados pela libido, o bispo de Hipona afirma que: “o homem pode ir do temor ao desejo; da ansiedade a falsa alegria; das irritações de uma injúria recebida ao insaciável desejo de vingança; a avareza cerca o homem, e a luxúria o consome a ambição o escraviza” (Agostinho, 1995, p. 53). É possível compreender que todas essas perturbações somente ocorrem com aqueles indivíduos que não seguem a verdadeira sabedoria.

2.4 A relação entre a vontade livre e o pecado

Até agora, é possível concluir que existem grandes punições para aqueles que se encontram em alto nível de sabedoria, mas que se submetem à libido. Deus como criador criou o homem, porém foi através da própria vontade que o homem resolveu trilhar rumo às coisas finitas, terrenas e mortais. Contudo, ainda não foi dada, na obra, uma resposta definitiva que aponte os motivos pelos quais o homem resolve trilhar este caminho. Evódio questiona qual seria o motivo responsável por fazer os indivíduos sofrerem por essas penas cruéis e porque esses males podem causar um afastamento da virtude, entregando, dessa forma, o indivíduo a ser escravizado pela paixão.

Segundo o bispo de Hipona, a faculdade da sabedoria reside na alma de cada indivíduo. Deste modo, a alma poderia ter vivido outra vida antes de se unir ao corpo e, devido a esse movimento, ela poderia anteriormente desfrutar da sabedoria. A boa vontade se trata daquela vontade responsável por conduzir o indivíduo a trilhar um caminho com retidão, honestidade e sabedoria. Agostinho aponta que o uso da boa vontade livra o homem de seguir pelo caminho dos prazeres do corpo, das riquezas ou em direção às honrarias. Através da boa vontade, o indivíduo passa a viver honestamente e com retidão. É possível compreender que através do uso da boa vontade, o homem consegue se tornar um sábio visto que todos os outros bens passam a ser considerados como indignos. Assim, aquele indivíduo que não é portador da boa vontade sofre o maior de todos os danos.

Deste modo, temos como uma primeira indicação que depende unicamente da vontade usufruir ou ser privada do que ela toma como verdadeiro bem, pois o indivíduo que possui em

si a faculdade da boa vontade possui um bem mais precioso do que os “reinos da terra”¹⁸ e os prazeres corporais. Agostinho declara que o ser humano que não for portador da boa vontade, está em falta de algo que ultrapasse a excelência de todos os bens. Bens estes que ao se escaparem do poder do indivíduo, a vontade se encarrega em trazê-los de volta por si mesma.

Argumentando sobre a boa vontade,¹⁹ o filósofo também faz pontuações acerca de quatro conceitos importantes, a dizer, as virtudes: prudência, força, temperança e justiça. Em relação à prudência, o filósofo admite que ela se trata do conhecimento das coisas que precisam ser desejadas, e também sobre aquelas coisas que precisam ser evitadas pelos indivíduos. Em relação à força que possibilita a disposição da alma, possibilitando o desprezo dos dissabores e as coisas que não estão sobre o nosso poder. No que diz respeito à temperança, o filósofo acredita que ela se refere a uma disposição que atua como defesa do apetite das coisas que podem causar vergonha ao serem desejadas. E, por fim, a justiça que, segundo Agostinho, trata-se de uma virtude que possui como intuito dar a cada ser o que é seu.

Através dos fundamentos apresentados por Agostinho, compreende-se que o indivíduo que é portador da boa vontade, vive uma vida feliz, podendo usufruir do verdadeiro amor. Deste modo, não seria permitido que este indivíduo amasse e nem desejasse as coisas que não estão sobre o poder do homem, pois, segundo o filósofo, essas coisas estão sob o poder da má vontade, a qual o indivíduo deve evitar, pois ela é inimiga do seu maior bem. Se as pessoas não se apearem a estes bens, elas não sentirão tristeza com a sua perda.

Após essa pontuação é possível notar que o bispo de Hipona acredita em uma dualidade relacionada à vontade. O uso da boa vontade faz com que o indivíduo se afaste dos enganos oferecidos pela libido. Esse afastamento ocorre devido à força²⁰, um dos conceitos argumentados anteriormente. O Hiponense afirma que a recusa às coisas terrenas ocorre por meio da boa vontade, que é uma faculdade contrária à libido. O indivíduo que escolhe seguir pelo caminho da boa vontade estará designado a possuir a razão da temperança.

Sobre a relação entre a justiça e a boa vontade, o filósofo argumenta que, quem segue pelo caminho da boa vontade, não pode querer fazer mal a ninguém. Com isso, o indivíduo

¹⁸ Conforme argumentado por Agostinho, aquele indivíduo que porta a boa vontade estaria em posse de um bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres corporais. Cf. *O livre-arbítrio* I, 12.24; 1995, p. 57.

¹⁹ Cf. *O livre-arbítrio* I, 13.27; 1995, p. 58.

²⁰ “[Ag.] Porque tais coisas só são amadas pela má vontade, à qual ele deve resistir, por serem inimigas de seu maior bem. Ora, já que tal pessoa não ama essas coisas perecíveis não se entristeceu de as perder, posto que as despreza totalmente. E é essa a obra da força, como dito e aceito entre nós.” (*O livre-arbítrio* I, 13.27; 1995, p. 58-59.)

não causa nenhum tipo de mal a ninguém, pois uma pessoa ao praticar justiça dá a cada indivíduo o que é seu. Deste modo, Agostinho encerra a análise das virtudes, as quais são denominadas de quatro virtudes cardeais.

Na visão de Santo Agostinho, todas as coisas foram criadas boas por Deus e dispostas em certa ordem para a *Beatitude*, inclusive a natureza humana e a vontade que a ela pertence. O mal não está atrelado à ordem da causalidade das coisas, não possui substancialidade, consiste meramente em um acidente que decorre do livre movimento da vontade humana, por isso, não afeta substancialmente nem a ela, nem ao restante da natureza criada, sua consequência é apenas accidental, decorrendo tão somente do mau uso do livre-arbítrio (...) a liberdade, trata-se de certo “poder” contido na alma que a permite operar com a vontade para fins que não lhe são próprios. (Vahl, 2015, p. 5)

Deste modo, um homem feliz é aquele que ama a sua boa vontade. Os interlocutores concordam que o homem infeliz é aquele que possui uma vontade que, de certo modo, é contrária à boa vontade, levando o indivíduo a possuir uma vida vergonhosa e infeliz. O uso da boa vontade faz com que a alma seja dotada de todas as virtudes essenciais para que o homem possa viver uma vida honesta e com retidão, desfrutando de todos os bens verdadeiros, constituindo dessa maneira uma vida feliz. Deste modo, aquele que vive com retidão renuncia com facilidade todos os bens de teor mutável. Entretanto, mesmo através dessas argumentações, os questionamentos acerca da boa vontade ainda não foram totalmente elucidados: “(...) E como se explica que os homens sofram voluntariamente uma vida feliz quando acontece que tantos são infelizes, apesar de todos quererem ser felizes?” (Agostinho, 1995, p. 62).

Em resposta a este questionamento, o filósofo argumenta que os homens que possuem uma vida feliz devem ser homens bons e não devem se tornar bons apenas por possuírem uma vida feliz. Isso porque os homens bons desejam com retitude aquilo que os homens maus não desejam. Deste modo, os homens desventurados, segundo a concepção agostiniana, também não possuem uma vida feliz. Aqui, é possível observar a existência de uma espécie de paradoxo entre a boa vontade e a má vontade. No entanto, é perceptível que a vontade pode trazer a felicidade aos indivíduos. Diante deste fato, o modo para solucionar esse paradoxo se baseia em possuir a noção de que a vontade é sempre boa visto que é unicamente o indivíduo que escolhe o seu objeto de desejo por ser dotado pela faculdade da vontade livre. Logo, todos os indivíduos são naturalmente dotados de boa vontade.

2.5 A boa vontade e sua relação com as leis eterna e temporal

Ao se aproximarem da elucidação do problema do mal moral, os interlocutores discorrem em torno da relação existente entre a boa vontade e as leis eterna e temporal. Todo o diálogo realizado anteriormente em torno da boa vontade estaria relacionado com ambas às leis. Segundo Agostinho, todos os indivíduos que vivem retamente possuem o prazer em viver dessa maneira, pois estes estão em posse do bem verdadeiro que está em posse da lei eterna, pois, aquilo que é eterno é imutável.

Agostinho (*O livre arbítrio* I, 15.31; 1995, p. 64) conclui que existem duas espécies de homens: um que procura os bens relacionados às coisas eternas, pois vive de acordo com as regras da lei eterna, o outro que se encontra em busca das coisas de teor temporal, pois age de acordo com a lei temporal. É possível compreender que os indivíduos que com sua má vontade se submetem à lei temporal não podem livrar-se da lei eterna, mas aqueles indivíduos que através da sua boa vontade optam por seguirem os ensinamentos da lei eterna não possuem a necessidade de criar algum vínculo com a lei temporal. Assim, o objetivo da lei eterna é fazer com que o indivíduo desapegue do amor desordenado às coisas que possuem em seu núcleo um teor temporal.

Já em relação à lei temporal, compreende-se que ela tem por objetivo proporcionar aos indivíduos aqueles bens desejáveis que, por um período de tempo, eles podem considerá-los como seus. Dentre esses bens, o filósofo destaca, em primeiro lugar, o corpo e os bens denominados corporais como: uma boa saúde, a integridade dos sentidos, a força e a beleza. Em seguida, o filósofo cita a liberdade²¹. Ele compreende que não existe verdadeira liberdade a não ser aquela que provém da lei eterna. Assim, a liberdade dos indivíduos que se julgam livres está relacionada unicamente com o fato de que esses indivíduos são livres de senhores, isto é, não possuem uma relação de escravos. Compreende-se que também são considerados como bens: os pais, os irmãos, o cônjuge, os filhos, os parentes, os aliados, os servos, a glória e também o dinheiro.

Em relação às punições, o filósofo afirma que o poder da lei temporal em aplicar castigos se limita a privar os indivíduos desses bens terrenos ou, pelo menos, em privá-los de uma parte desses bens. Visto que os indivíduos desafortunados, por temerem essa espécie de punição, inclinam-se em direção ao que a lei manda ou proíbe. De modo que, por temerem perder os seus bens, estes indivíduos passam a observar as normas necessárias para que o

²¹ Cf. *O livre-arbítrio* I, 15.32; 1995, p. 65.

convívio social seja mantido. Agostinho compreende que essa lei não pune os indivíduos que cometem o pecado de amar de forma desordenada esses bens. A punição ocorre para aqueles indivíduos que unicamente possuem uma falta que consiste em retirar injustamente esses bens de outros indivíduos.

2.6 A noção de apego e desapego às coisas finitas

Após um novo diálogo envolvendo as leis, Agostinho busca elucidar a relação entre o apego e o desapego às coisas terrenas. O bispo de Hipona faz o seguinte apontamento: “não seria injusto a penalização pela lei caso os indivíduos não possuíssem um amor desordenado em relação às coisas que lhes são tiradas contra a sua própria vontade” (Agostinho, 1995, p. 66). Essas coisas podem ser usadas de dois modos. Ora podem ser usadas de modo bom, ora podem ser usadas de um modo mal. Por consequência, os que optam por usar esses bens para o mal, apegam-se a esses bens de forma perturbadora, amando-os de forma exagerada.

Em sua obra *A Trindade*²², Agostinho explica que a alma dos seres humanos, ou seja, a alma racional vive em contraditoriedade com a sua própria natureza, fazendo com que o indivíduo se entregue às coisas temporais por sua própria vontade. Ao se servirem dessas coisas não de modo desordenado, mas de uma maneira ordenada, esses indivíduos mostram que essas coisas são boas. Porém, essas coisas não possuem a capacidade de transformação, ou seja, não são responsáveis por transformar o indivíduo nem em bom. Deste modo, o bispo de Hipona argumenta em *O livre-arbítrio* (I, 15.33; 1995, p. 67) que o homem não ama essas coisas, pois, ele não possui a capacidade de transformá-las em elementos de sua própria alma. Através dessas argumentações, os interlocutores concluem que não é possível que se considere as coisas por elas mesmas, porém, os homens podem fazer mau uso delas.

2.7 A definição do pecado: o mal provém da vontade livre

Após essas questões, os interlocutores partem para o fim do diálogo referente ao livro I, quando eles passam a discorrer sobre a essência do pecado, pois, para que seja possível saber da origem do pecado, é preciso compreender o valor da lei eterna. Também foram

²² Conforme argumentado por Agostinho, a alma racional vive de maneira contraditória a sua natureza quando conforme a vida à trindade do homem exterior, ou seja, quando se ajusta às coisas do exterior informam o sentido corporal, não seguindo a vontade bem intencionada que a poderia direcionar a algo proveitoso. Entregado-se às coisas temporais com concupiscência e a elas se apega. Cf. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona. **A trindade/Santo Agostinho**: [tradução do original latino e introdução Augusto Belmonte: revisão e notas complementares Nair de Assis Oliveira]. São Paulo: Paulos, 1994. p. 343.

esclarecidas as duas espécies de seres humanos, os que seguem a lei eterna e aqueles que se inclinam pelas coisas temporais. Compreendendo-se que cabe à vontade escolher aquilo que ela almeja abraçar e que é unicamente a vontade que faz com que o homem se afaste daquilo que é divino, ou seja, a vontade faz com que o homem deixe de trilhar pelo caminho reto, privando-o de possuir uma vida com retidão. Agostinho retoma novamente o problema inicial, isto é, a busca pela origem do mal.

(...) O mal propriamente não existe; os bens, na medida em que não são perfeitos, infinitamente perfeitos, mas apenas seres finitos, dotados de um grau relativo de perfeição, também são de certa maneira maus. Dizer que são maus quer dizer simplesmente que não equivalentes ao bem supremo, quer dizer que bens finitos. Sendo assim o mal vem a ser explicado em razão a dessemelhança relativa ao bem supremo: cada ser, à medida que não é idêntico ao Criador, não tem todas as perfeições. (Novaes, 2022, p. 7).

O homem ao pecar se afasta de tudo o que foi criado pela essência divina, se apegando a coisas terrenas, incertas, e mutáveis²³. Para uma melhor compreensão, é necessário voltar um pouco atrás na obra e observar as argumentações que os interlocutores discorrem sobre a razão. Agostinho busca, na razão, um meio para compreender o mal como uma potência relativa ao livre-arbítrio da vontade.

(...) [Ev.] Pois é no espírito que reside a faculdade pela qual nós somos superiores aos animais. E se eles fossem seres inanimados, eu diria que nossa superioridade vem do fato de que possuímos uma alma. (...) Contudo, existe alguma coisa que, não existindo na alma deles, existe na nossa, e por isso acham-se submetidos a nós. (...) E que outro nome lhe daríamos mais correto do que razão? (Agostinho, 1995, p. 44).

Assim, é no espírito que se encontra a faculdade que dissocia os homens dos animais. Contudo, se o homem nega a existência da razão, de certa forma, ele se afasta de Deus. Esse afastamento faz com que a alma se perca. Agostinho, por ser um voluntarista, acredita que a ação humana é a junção entre razão e vontade. A razão é usada pelo filósofo para distinguir os

²³ Conforme o artigo de Vahl (2015, p. 4), em sua obra *O livre-arbítrio*, Agostinho reconhece que a origem do pecado encontra-se através da inclinação da vontade humana que se volta para as coisas sensíveis, corpóreas e finitas. Deste modo, o indivíduo valoriza esses bens corruptíveis acima das coisas relacionadas ao Sumo Bem. Essa inclinação faz com que o ser humano tenha certa disposição em ir de encontro às coisas sensíveis, no sentido de te-las como um fim em si mesmas. Deste modo, é possível compreender que a o indivíduo que antes criado para praticar o bem e ter uma vida com retitude, possuem em si uma vontade que se divide devido aos desejos que fazem o indivíduo a voltar-se em direções diversas. Ou seja, a vontade é a responsável por fazer com que o ser humano utilize de vários movimentos na direção em que a própria vontade deseja como um fim.

humanos dos animais. Na concepção de Evódio, a alma pervertida faz com que o homem seja escravizado pelos bens terrenos. Assim, o mal moral tem exclusivamente a sua origem através do mau uso da vontade, ou seja, o mal provém da vontade livre.

Retomando as observações sobre as argumentações apresentadas por Agostinho junto a Evódio ao decorrer da obra, é possível perceber que do ponto de vista ontológico, não existe mal no cosmos, mas uma inferioridade presente nos seres em relação a Deus. O mal moral é um tipo de mal que depende unicamente do mau uso da nossa vontade, pois a má vontade não possui em seu núcleo uma “origem eficaz” mas em contrapartida possui em si uma “causa insuficiente”. A vontade²⁴ que foi um bem dado por Deus (sumo Bem) deveria ser usada unicamente para ir em direção às coisas infinitas, ir em direção ao Bem, porém ela possui em si uma declinação que tende a ir em direção às coisas mutáveis (finitas), deixando deste modo, a essência divina para se alimentar de bens inferiores. É possível concluir que não existe apenas um tipo de bem, e sim muitos bens, e o pecado tem a sua origem a partir do momento em que a vontade opta por seguir em direção aos bens de teor corruptível.

Capítulo terceiro: Um estudo sobre a ação humana

Até este ponto, foram tratadas algumas questões que dizem respeito ao primeiro livro de *O livre-arbítrio*. Em um primeiro momento, discutimos a regência das leis temporal e eterna sobre os seres racionais. Através da análise dos exemplos de males e das hipóteses encontradas para a explicação da origem do mal, foi possível afastar de Deus todos os gêneros de males.

Santo Agostinho foi um dos primeiros autores a aprofundar de maneira mais sistemática a liberdade humana. O estatuto que oferece ao tema da liberdade, não é encontrado em nenhum outro autor contemporâneo a ele na antiguidade tardia. Contudo, vale ressaltar que suas elucidações sobre conceitos como livre-arbítrio, vontade e presciência, já se encontravam em germe em algumas elaborações do pensamento patrístico desde os primeiros séculos do cristianismo (Vahl, 2015, p. 2).

²⁴ Segundo Koch (2010, p. 74), em Agostinho, a vontade é uma das principais faculdades do espírito humano, sendo a responsável por ativar todos os comportamentos dos indivíduos, até mesmo em relação às nossas percepções e sonhos. Em relação à vontade, existem traços importantes relacionados à faculdade volitiva tanto no aspecto cognitivo quanto no aspecto moral. Segundo a autora, todos os movimentos dos seres humanos são constituídos através da suposição de uma atividade volitiva. Ou seja, através de ações que são constituídas propositalmente, mas também através de ações que ocorrem de modo voluntário como, por exemplo, a percepção sensível. Agostinho argumenta, em *A trindade*, que esses comportamentos estão relacionados à atividade volitiva, ou seja, uma intencionalidade que em sua ausência seria impossível de obter alguma espécie de percepção.

Em um segundo momento, buscou-se aprofundar a noção de vontade livre. Assim, foi possível compreender a distinção entre as duas almas, a humana e a animal, a perfeição do homem em relação aos outros seres, a condição humana e a sua relação com a razão. Diante desses pontos, foi possível concluir que a vontade, por se tratar de uma faculdade volitiva, escolhe o seu objeto de apreensão, fazendo com que o indivíduo escolha em seguir por caminhos terrenos, evitando possuir uma vida com retidão. Logo, o Sumo Bem não pode ser o autor do mal, mas da vontade livre.

Focado no segundo livro da obra agostiniana, o objeto de pesquisa deste terceiro capítulo se fundamenta no estudo da ação humana. Segundo (Novaes, 2002, p. 2)²⁵, não há propriamente uma doutrina agostiniana sobre a liberdade. Seria mais adequado afirmar que, em Agostinho, há uma constante reflexão sobre a liberdade. Deste modo, essa reflexão, para existir, vincula-se à análise da ação humana.

3.1 A relação entre Deus e o pecado

Após terem discorrido sobre o problema do mal moral no livro I *de O livre-arbítrio*, no livro II, os interlocutores se preocupam em provar que Deus é somente o autor do livre-arbítrio da vontade. Assim, o segundo livro se inicia com o seguinte questionamento: “(...) Ev. Na verdade parece-me que não pecaríamos se estivéssemos privados dele (livre-arbítrio), e para se temer que, nesse caso, Deus venha a ser considerado o autor de nossas más ações” (Agostinho, 1995, p. 69).

Neste ponto, a obra já possui uma resposta possível de ser obtida através dos diálogos ocorridos no livro I, no qual os interlocutores concluíram que o pecado provém do livre-arbítrio da vontade. Através dessa conclusão, o livro dois traz como questionamento inicial procurar por qual razão Deus concedeu ao homem tal dom visto que, se ele não o tivesse dado aos homens, os indivíduos não pecariam. É evidente que o filósofo reconhece Deus como onipotente, visto que o Sumo Bem é o criador. Através dele, os homens existem e recebem os castigos e as recompensas. No entanto, o diálogo apresenta um problema: “Como sabes que existimos por virtuos de Deus?” (*O livre-arbítrio* II, 1.1; 1995, p. 74). Até este ponto, os interlocutores deixam claro que, através do sumo Bem, os indivíduos recebem seja a recompensa ou o castigo de acordo com o seu merecimento, tornando-se claro que toda a

²⁵ NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. Vontade e contravontade. **O avesso da liberdade**, 2002.

justiça procede de Deus. Contudo, se é próprio da vontade fazer o bem às pessoas estranhas, não é próprio da mesma fazer justiça a quem não é devido?

Na concepção de Agostinho, o homem em si, por ser um certo bem, não poderia agir bem a não ser querendo. Deste modo, é preciso que ele usufrua da vontade livre. No entanto, não é por possuí-la que este indivíduo pode usa-la para pecar. Deste modo, é preciso supor que Deus tenha concedido ao homem a vontade livre por essa intenção visto que, sem ela, o homem seria privado de viver uma vida com retidão. Entretanto, o indivíduo que a usar para praticar o mal recairá sobre os castigos de Deus. Segundo Vahl,

Este movimento livre da vontade ao aproximar-se das coisas inferiores, atraída pela sedução que elas operam no espírito humano, tem como consequência o afastamento de Deus e a cegueira dos olhos humanos, donde se segue a perda da liberdade originária. Tendo sido criada à imagem e semelhança de Deus (...) Em última análise, o pecado consiste em uma degradação da natureza humana criada boa por Deus, trata-se de um movimento em que a alma, antes destinada à plenitude do Ser na Beatitude, agora toma a direção do nada, do não ser, do afastamento do sentido. Dependendo da forma como o homem ama as coisas, a vontade o aproxima ou afasta do sentido do Ser, cuja fonte é Deus criador. Em virtude da liberdade, o homem é visto por Agostinho como radical possibilidade, tanto ao Ser, quanto ao nada. (Vahl, 2015, p. 6).

Agostinho supõe que Deus, ao castigar, profere as seguintes palavras: “Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que eu concedi a ti” Agostinho, 1995, p. 75). No entanto, se o homem fosse carente do livre-arbítrio da vontade, de que maneira esse bem poderia existir? Este bem consiste na manifestação da justiça em condenar os pecadores e premiar as boas ações, caso esse bem não existisse não teria nem pecado, nem boa ação caso os indivíduos seriam carentes do voluntário. Com efeito, tanto o castigo, quanto a recompensa seriam coisas injustas se os seres racionais não fossem dotados com o dom da vontade livre. Como a justiça possui um papel fundamental, é preciso que ela esteja vinculada tanto ao castigo como à recompensa, pois na concepção agostiniana, aí se encontra um dos bens cuja fonte é o Sumo Bem. Devido a essa argumentação, conclui-se que é necessário que Deus concedesse aos seres racionais a vontade livre.

3.2 Se a vontade livre é um bem, por que ela se inclina ao mal?

Até este ponto, já é claro que Deus é o criador da vontade livre e que ela foi concedida aos indivíduos através dele. Com efeito, os seres racionais não poderiam pecar por meio da vontade livre, pois ela foi concedida para viver de forma honesta. Para Agostinho, se fosse incerto que Deus concedeu aos indivíduos a vontade livre, nós teríamos o direito de

questionar se esse fato foi um fator positivo ou não. Caso seja descoberto que foi um fator positivo, logo, reconheceremos também o doador (Deus) que deu todos os bens aos homens. Caso os indivíduos descobrissem que foi um mal, necessariamente, teríamos que compreender que não seria possível incriminar aquele que foi o doador. Agostinho acredita que é certo que o próprio Deus deu a vontade livre e qualquer que seja a forma em que os indivíduos receberam esse dom deve-se crer que Deus não estava obrigado a dá-la nem da forma em que conhecemos e nem de modo diferente.

A segunda condição diz respeito a não se limitar à fé, mas procurar o seu entendimento. Compreende-se que, apesar de Evódio crer com fé inabalável, nota-se que ele ainda não possui um pleno entendimento sobre a resolução do problema, propondo uma nova investigação como se tudo fosse incerto. Também colocando com incerto o fato de a vontade livre ter sido dada para o homem agir bem já que através dela ele também pode pecar. No entanto, o diálogo apresenta uma segunda incerteza, se foi um bem ou não o fato de a vontade livre ter sido dada, dado que, se é incerto o fato de ela ter sido dada ao indivíduo para que ele viesse a agir corretamente, logo, foi um bem ela ter sido dada. No entanto, não seria correto afirmar que Deus seja o doador, pois a incerteza em relação ao dom torna incerta a sua origem, isto é, o fato de Deus ter concedido ao homem aquilo que não deveria.

[Ev.] a de querer ser alguém que nada esconde em seu interior, e assim nada haver nele de falso ou de obstinado. Então, eu lhe demonstraria o seguinte, coisa muito fácil para qualquer, na minha opinião: se acaso ele não fazia questão de ser acreditado por outro, por testemunho, quando revelasse algo sobre os sentimentos ocultos de seu espírito, a respeito dos quais ele unicamente conhecia (Agostinho, 1995. p 78).

Com efeito, se assim fosse, o indivíduo insensato também acreditaria que, de fato, Deus existe, em razão dos escritos existentes de homens que de certa forma tiveram contato com o filho de Deus. Visto que esses homens, em seus escritos, testemunham coisas que não seriam possíveis de serem explicadas se Deus não existisse. A respeito da existência de Deus, compreende-se que Evódio acredita na existência de homens de fé e, em relação às questões investigadas, percebe-se que, até este ponto, elas são consideradas como incertas e desconhecidas pela inteligência. Por este motivo, seria necessário crer na autoridade desses homens de fé. No entanto, os interlocutores possuem como foco saber e compreender aquilo que eles creem.

Citando as *Escrituras* para explicar que o indivíduo deveria crer na existência de Deus, dando ênfase aos livros de Jó (17,3) e no livro de Mateus (7,7), o filósofo afirma que Deus,

tanto em seus atos como em suas palavras, incentivou aqueles que ele chamou para a salvação a crer. Logo, para possuir uma vida eterna, o indivíduo deveria crer na existência do Sumo Bem. Através do livro de Jó, compreende-se que, para possuir uma vida eterna, os indivíduos deveriam crer e conhecer Deus como uno e verdadeiro.

Conforme Agostinho, tudo aquilo que é buscado à luz da divina exortação é encontrado graças ao auxílio do sumo Bem. No entanto, é preciso crer na existência de Deus enquanto se vive nesse mundo para que, depois dessa vida, todos os homens bons e piedosos possuam as coisas eternas com maior evidência e perfeição. Com efeito, é necessário desprezar os bens terrenos e humanos e passar a desejar com autoridade as verdades divinas.

3.3 A prova da existência de Deus: o existir, o viver e o entender

Especificamente neste ponto,²⁶ observa-se que o foco do diálogo consiste na busca daquilo que há de mais nobre nos indivíduos através das primeiras intuições do espírito: o existir, o viver e o entender. Agostinho, então, propõe guiar o seu diálogo em vista de três pontos de investigação: “[Ag.] (i) Procuremos como provar com evidência a existência de Deus. (ii) Se na verdade tudo o que é bem, enquanto bem vem de Deus. (iii) Enfim, se será preciso contar, entre os bens a vontade livre do homem” (Agostinho, 1995, p. 80). Uma vez esclarecidas essas questões, será possível obter a certeza se foi justo ou não o fato de a vontade livre ter sido dada aos homens.

Na concepção agostiniana, não seria possível que houvesse engano em relação à existência. Deste modo, ambos os interlocutores se preocupam em resolver as outras questões, visto que até este ponto, já se possui a clareza da existência, sendo um fato manifestamente certo. Deste modo, é possível compreender a existência de duas realidades verdadeiras, no entanto, o filósofo afirma a existência de uma terceira realidade, o entender.

São descritas três realidades,²⁷ a dizer, o ser, o viver e o entender: é evidente que a pedra existe e o animal vive, no entanto, ao contrário do animal, a pedra não possui vida, assim como o animal não é dotado pela capacidade do entendimento. Deste modo, é possível apontar que um ser, para que possua entendimento, necessariamente possui a existência e a vida. Evódio conclui que o ser que possui essas três realidades se encontra em um grau superior em relação àqueles que possuem apenas uma ou duas delas como, por exemplo, a pedra que só existe ou o animal que apenas vive. Na concepção de Evódio, é certo que o ser vivo existe, mas não é só por existir que ele possui a capacidade de entender, assim são

²⁶ Cf. *O livre-arbítrio* II, 3.7; 1995, p. 80.

²⁷ Cf. *O livre-arbítrio* II, 3.7; 1995, p. 81.

definidos os animais. Com efeito, o ser que existe necessariamente não possui a vida e a inteligência como, por exemplo, um cadáver que, de fato existe, mas não é possível afirmar que ele possui a vida. Deste modo, compreende-se que o ser que não vive não possui entendimento. Logo, o bispo de Hipona conclui: “[Ag] então, admitimos que dessas três perfeições faltam duas ao cadáver; uma ao animal; e nenhuma ao homem” (Agostinho, 1995, p. 81).

Com efeito, Agostinho admite que, dentre as três realidades, a melhor é aquela que reside somente no homem, em conjunto com as outras duas, ou seja, a inteligência supondo no indivíduo o existir e o viver. Neste ponto do diálogo,²⁸ o filósofo passa a discorrer sobre o conhecimento adquirido pelos sentidos.

3.4 Análise das sensações

Agostinho²⁹ analisa os sentidos externos, o sentido interior e a razão. No que diz respeito aos sentidos externos, percebe-se que o filósofo questiona se seu interlocutor sabe que possui os sentidos corporais: a visão, a audição, o olfato, o paladar e o tato. Ao sentido da vista, o filósofo atribui a capacidade de enxergar, questionando se através da vista também é possível perceber as características dos corpos, tal como a sua dureza ou moleza. Com efeito, seu interlocutor afirma que é próprio da sensação da vista enxergar a cor. Assim como os ouvidos são responsáveis por captar os sons, o olfato os odores o paladar os sabores. Já ao tato é atribuído o dever de perceber as características dos corpos relativas à dureza, ao liso e ao áspero e a outras características similares.

Na concepção de Agostinho, os sentidos exteriores não se percebem a si mesmos. Até este ponto, o filósofo possui como certeza que mesmo percebendo a cor com o sentido da vista, os indivíduos não percebem a própria sensação de modo que, se ouvimos um som, nós não ouvimos a nossa própria audição. O mesmo acontece ao cheirar uma flor, pois o nosso olfato não inala em si nenhum perfume, ao comer algo, o nosso paladar não sente na boca o próprio paladar. Ao possuir um objeto em mãos, o indivíduo não pode tocar sentindo o mesmo tato. Deste modo, o filósofo afirma ser evidente que esses sentidos não podem ser sentidos por si mesmos, mesmo que todos os objetos corporais sejam sentidos por eles.

²⁸ Cf. *O livre-arbítrio* II, 3.8; 1995, p. 82.

²⁹ Cf. *O livre-arbítrio* II, 3.8; 1995, p. 83.

3.5 O homem e a sua relação com a razão

O filósofo, ao retomar o argumento acerca das coisas que vivem e das coisas que apenas existem, afirma que acima da natureza que apenas existe, sem viver nem compreender como, por exemplo, os corpos inanimados está a natureza que existe, mas que também vive, como por exemplo, a alma dos animais. Acima da alma dos animais se encontra aquela natureza que ao mesmo tempo vive, existe e entende, que se trata da natureza dos homens. Na concepção de Agostinho, os indivíduos possuem um corpo e também uma alma que é responsável por animar o corpo e que é a causa de seu desenvolvimento.

Sendo assim, não é difícil compreender por que a alma sobretudo a alma racional- é superior ao corpo, na medida em que é ela que comanda o corpo, na medida em que é ela quem preside as funções vitais do corpo, sem alma, sem um princípio regente, o corpo seria uma mero cadáver. (...) importa sublinhar que a superioridade da alma deve ser vista no interior de uma hierarquia de bens; o corpo é inferior à alma apenas no sentido em que ele é um bem menos. Seria legítimo afirmar que há algum mal no corpo, sem com isso entendermos simplesmente que o corpo não tem algo que a alma possui, não tem perfeição maior. (Novaes, 2004, p. 10)

Após concluir os argumentos sobre a superioridade da razão, o filósofo busca provar que acima da razão se encontra somente Deus. Na concepção de Evódio, seria incorreto afirmar que Deus é a parte mais excelente da natureza, pois não seria correto dizer que Deus é superior à razão, mas afirmar que o sumo Bem é aquele ser com relação ao qual nenhum é superior. Visto que os corpos são animados, a vida se encontra sujeita a mutações, enquanto a razão se esforça para chegar à verdade.

[Ag.] (...) Se pois, sem ajuda, nem do olfato, do ouvido ou dos olhos, nem por sentido algum que seja inferior a essa dita razão: mas por si mesma, ela percebe algo de eterno e imutável: é necessário que a dita razão se reconheça, ao mesmo tempo inferior a essa realidade e que esse Ser seja o seu Deus (Agostinho, 1995, p. 93).

Ao mostrar a existência de tal realidade, ela será aceita como Deus ou, se houver alguma realidade acima dela, é possível concordar que esse mesmo ser é verdadeiramente Deus. No entanto, se for possível encontrar ou não uma realidade superior, será evidente a existência de Deus, dado que com a ajuda do próprio Deus é possível demonstrar a existência de uma realidade que seja superior à razão.

Capítulo quarto: a sabedoria, retorno ao problema moral

Após obter uma compreensão de como Agostinho desenvolve a sua teoria sobre a ação humana, a qual se relaciona diretamente com a vontade livre, o diálogo direciona o seu objeto de investigação para a sabedoria, de modo a retomar o problema moral. Segundo (Alves, 2022, p. 226), “na filosofia agostiniana, as reflexões sobre a verdade, a sabedoria e a felicidade se desenvolvem ligando-as umas às outras, sendo assim, o desejo por uma delas conduziria, concomitantemente, o anseio umas pelas outras”.

No diálogo, ao retomar os argumentos em torno da moral, os questionamentos relacionados à liberdade são necessários para chegar de fato às argumentações que envolvem o primeiro e o segundo de *O livre-arbítrio*, concluindo, deste modo, que o mal tem a sua origem em um uso equivocado da vontade livre.

4.1 A sabedoria como uma faculdade natural

Compreende-se que a sabedoria, na concepção agostiniana, trata-se da verdadeira contemplação do sumo Bem, ao qual todos os indivíduos desejam chegar sem possuírem dúvida alguma. Agostinho acredita que todos os indivíduos desejam o bem e fogem do mal. A partir deste argumento, o filósofo passa a argumentar sobre o erro presente na condição humana. Os indivíduos possuem divergências em seus sentimentos e a razão dessa divergência encontra-se nas diferentes noções que o homem possui do que é o bem. Deste modo, aquele indivíduo que conseqüentemente deseja aquilo que não deveria, não deixa de cometer um erro, mesmo que o objeto do desejo aparentemente se apresentasse como um bem.

O erro se torna impossível somente se o indivíduo não possuir qualquer desejo, ou até mesmo se ele desejar apenas aquilo que, de fato, deveria desejar. Visto que, a vida feliz, na concepção de Agostinho, está associada a viver uma vida com beatitude, mas a partir do momento em que o indivíduo declara não querer chegar à beatitude, o mesmo acaba se recaindo ao erro. Conforme Vahl

Na visão de Santo Agostinho, todas as coisas foram criadas boas por Deus e dispostas em certa ordem para a Beatitude, inclusive a natureza humana e a vontade que a ela pertence. O mal não está atrelado à ordem da causalidade das coisas, não possui substancialidade, consiste meramente em um acidente que decorre do livre movimento da vontade humana, por isso, não afeta substancialmente nem a ela, nem ao restante da natureza criada, sua consequência é apenas acidental, decorrendo tão somente do mau uso do

livre-arbítrio (...) O problema não está, portanto, na condição natural da faculdade anímica em si, mas em algo que a transcende, a liberdade, trata-se de certo “poder” contido na alma que a permite operar com a vontade para fins que não lhes são próprios. (Vahl, 2015, p. 5)

Com efeito, todos os indivíduos que desejam uma vida feliz não erram, mas em contrapartida, o erro ocorre se o indivíduo resolver abandonar o caminho da beatitude. Por este motivo, Agostinho considera um erro seguir um caminho onde não se pode chegar. Pois, segundo Agostinho, quanto mais um indivíduo erra no caminho da vida, menos sábio ele se torna, pois ao se inclinarem ao erro, os homens se afastam da verdadeira contemplação, isto é, o sumo Bem. Em resumo, quando um indivíduo alcança o Bem supremo, mais felicidade ele irá possuir. Deste modo, possui-se certa clareza sobre a natureza da sabedoria. Por este motivo, os interlocutores possuem como objeto de investigação, compreender se a sabedoria, assim como as leis dos números, trata-se de um bem comum para todos aqueles que gozam da razão.

Retomando o argumento sobre o Bem supremo, Agostinho supõe a existência de diversos bens supremos de acordo com objetos distintos procurados por uma infinidade de pessoas. Deste modo, também deve-se supor que a sabedoria não seja única e comum a todos pelo fato de que os indivíduos escolhem os bens, sendo múltiplos e diversos. De modo que, se um indivíduo acredita na multiplicidade de bens, o mesmo também poderia duvidar de que a luz do sol seja única, que os objetos vistos por ela serem múltiplos e diversos.

No entanto, o filósofo argumenta que, apesar da diversidade e multiplicidade que os indivíduos veem a luz do sol, existe somente apenas uma luz, luz pela qual o olhar de cada um escolhe o que prefere contemplar, fazendo deste objeto o real e verdadeiro bem supremo. Deste modo, é possível questionar se a luz da sabedoria se torna única e comum para todos os sábios. Até este ponto, é fato que existe a sabedoria, mas não é possível saber se ela é única e comum a todos, apesar de possivelmente existir uma multiplicidade de bens. Ou até mesmo se cada sábio possui uma sabedoria própria, da mesma forma que cada um possui inteligência e alma própria, por este motivo é necessário argumentar sobre as leis imutáveis da sabedoria.

4.2 A sabedoria e sua relação com as leis certas e imutáveis

A partir deste ponto, Agostinho³⁰ demonstra as certezas imutáveis das leis da sabedoria. Pois é claro que existe a sabedoria, que existem homens sábios e que todos os

³⁰ Cf. *O livre-arbítrio* II, 10.28; 1995, p. 110-111.

indivíduos buscam a felicidade. Também pode-se compreender que cada indivíduo possui a sua própria inteligência, fato este que não é algo comum a dois indivíduos. Deste modo, pode-se concluir que a sabedoria se trata de uma verdade. Verdade esta que é comum aos olhos daqueles indivíduos que possuem percepção pela sua própria inteligência e não através de outros indivíduos. O objeto de percepção é apresentado a todos os indivíduos que o contemplam, sendo necessário viver em conformidade com a justiça, deixando as coisas inferiores e seguindo as melhores, e também dar a cada um o que lhe é devido.

Assim, é necessário que os indivíduos afastem a sua alma da corrupção, dirigindo-se para a pureza, se tornando deste modo, pessoas íntegras. Uma vez admitida a existência dessa verdade, pode-se compreender que ela é imutável, podendo ser compreendida por todas as inteligências capazes de perceber. Com efeito, uma vida que não é desviada do caminho honesto por nenhuma diversidade (coisas temporais), é melhor do que uma vida facilmente dividida pelas coisas terrenas.

Em relação aos sábios, compreende-se que o filósofo julga que todo o homem que alcança a sabedoria seja sábio. Trata-se daqueles que vivem de acordo com a justiça e não fazem coisas inferiores vivendo subordinados às coisas superiores, pois uma pessoa sem a faculdade da sabedoria não saberia agir dessa maneira. O filósofo também considera como sábio aquele indivíduo que vive com prudência e não escolhe seguir o caminho da incorruptibilidade, pois o indivíduo que escolhe seguir em direção às coisas que devem ser escolhidas, age com sabedoria.

O sábio, para Platão, nas palavras de Agostinho (De civ. Dei, VIII, V), é aquele que “imita, conhece e ama tal Deus”. O imitar está relacionado à natureza do ser humano, pois, de acordo com o pensamento judaico-cristão o homem fora criado à “imagem e semelhança de Deus” (Gen. 1,26), desta forma, a função do sábio é buscar imitá-Lo, mas só é possível imitá-Lo ao conhecê-Lo e amá-Lo. (Azevedo, 2017, p. 21)

O mesmo ocorre quando um indivíduo guia o seu espírito em direção a pessoas que fazem escolhas sábias, este também estaria agindo com sabedoria. Aquele indivíduo que mesmo com temor de ameaças não se afasta do fim escolhido, dirigindo-se com sabedoria às coisas eternas, também age com sabedoria. Na concepção do bispo de Hipona, tudo aquilo que é chamado de regras e luminares das virtudes, pertencem à sabedoria. A medida que, quanto mais um indivíduo acomoda sua vida a elas, vivendo e agindo em conformidade com as mesmas, vive com sabedoria. Deste modo, compreende-se que nenhuma ação feita com sabedoria pode estar desligada da sabedoria. Segundo Vahl

Santo Agostinho ao conceber que o “sábio” não está determinado previamente à Beatitude, a excelência da alma virtuosa trata-se de uma permanente construção ao longo de sua história, na qual não há uma condição definitiva. Este é um ponto em que o pensamento cristão difere bastante do que comumente se concebia na filosofia antiga; por ser essencialmente livre, a natureza humana nunca se encontra definitivamente determinada, ao contrário, ela está em constante construção de si mesma. (Vahl, 2015, p. 6-7)

Ao retomar o argumento dos números, o filósofo³¹ afirma que as verdadeiras e imutáveis leis dos números apresentam-se de modo imutável e universal a todos os indivíduos que as consideram. De modo que são verdadeiras e imutáveis as regras da sabedoria, sendo elas comuns a todas as inteligências capazes de perceber.

Na concepção agostiniana, o que os indivíduos buscam é a felicidade, pois não haverá ninguém mais feliz do que aquele que acredita, de forma inabalável, na imutável verdade. Agostinho, ao argumentar que a verdade vive na mente humana, acredita que é na verdade que os indivíduos conhecem o Bem supremo. Já que se possui a clareza que essa verdade é a sabedoria, é necessário que o indivíduo fixe a sua mente para que seja possível captar esse Bem, pois um indivíduo feliz é aquele que desfruta do sumo Bem.

(...) constata-se que na filosofia agostiniana o ser humano possui duas naturezas, que se efetivam na relação em que a alma deve dominar sobre o corpo, devendo, portanto, a alma fazer uma busca interior do próprio homem, a fim de que possa alcançar o conhecimento de Deus, a causa de tudo. Contudo, a pessoa humana procura essa causa comum a todos, inclusive a causa da própria natureza dos seres, a fim de encontrar uma meta última, uma finalidade desejada pelo próprio sujeito, que é comum a todos, a saber: a Felicidade (Azevedo, 2017, p. 31-32).

Agostinho, usando como exemplo o texto da sagrada escritura, associa à liberdade à verdade, pois os indivíduos devem estar submetidos à verdade: “Se permanecerdes na minha palavra sereis, em verdade, meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará (Jo, 8,31.32)” (Agostinho, 1995, p. 121).

Em relação à alma, o filósofo afirma que a alma nada desfruta com liberdade se não a vivenciar com segurança. Com efeito, ninguém pode viver com segurança estando em meio a bens que podem fazer com que os homens se inclinem a eles devido à vontade, visto que não

³¹ Cf. *O livre-arbítrio* II, 10.29; 1995, p. 113.

é prudente perder a sabedoria e a verdade pela própria vontade. Isso porque se um indivíduo fica distante dessas faculdades, ele acaba se inclinando em direção a bens inferiores.

Até este ponto³², há certeza quanto à existência de uma realidade superior à nossa mente, ou seja, Deus, considerando que nada existe acima dessa realidade visto que Deus é uma realidade puramente excelente. Por este motivo, não é possível negar que Deus exista, sendo ele a realidade verdadeira e suma acima de tudo o que existe. Compreende-se que, segundo o bispo de Hipona, chega-se a essa conclusão pela razão, como uma verdade distinta mesmo que não seja vista de modo profundo pelo conhecimento.

Retomando o argumento sobre a sabedoria, os interlocutores argumentam que o desejo da sabedoria é inerente a nosso espírito. É perceptível que Evódio não se define como sábio; no entanto, ele também não se considera um ignorante. Isso se deve ao fato de que ele possui conhecimento acerca da sabedoria, e todas as discussões tidas anteriormente estão intrinsecamente ligadas ao domínio da sabedoria.

4.4 O livre-arbítrio da vontade: Um bem em si mesmo

O diálogo apresenta convicções suficientes para a existência de um modo de vida para os seres racionais. No entanto, um dos questionamentos apresentados anteriormente ainda não possui uma resposta clara: o livre-arbítrio da vontade humana se encontra entre os bens?

No entanto, o bispo de Hipona³³ compreende que essa questão também se encontra resolvida. Agostinho afirma que seu interlocutor havia dito que o livre arbítrio da vontade não deveria ter sido dado ao homem, pois ele utiliza o dom para pecar. Em contrapartida, Agostinho acredita que não é possível agir com retidão a não ser pelo dom do livre-arbítrio da vontade. Compreende-se que, para Agostinho, todos os bens, dos menores aos maiores, chegam até os indivíduos através de Deus. Diante desses apontamentos, o filósofo busca compreender se, de fato, a vontade livre pode ser encontrada entre os bens recebidos através de Deus.

Até este ponto, já se possui clareza de que a natureza corpórea possui um grau inferior se comparada à natureza espiritual. Por este motivo, o espírito é um bem maior do que o corpo. Dentre os bens corpóreos, encontra-se, no homem, alguns bens sem que seja possível dizer que tais bens não poderiam ter lhe sido dados: “Sendo assim, o que há de espantoso que exista no espírito também abusos de alguns bens, mas que, por serem bens, não puderam ter sido dados a não ser por Aquele de quem procedem todos os bens?” (Agostinho, 1995, p. 136).

³² Cf. *O livre arbítrio* II, 15.39; 1995, p. 125-126.

³³ Cf. *O livre-arbítrio* II, 18.47; 1995, p. 135.

Usando como exemplos as mãos, o filósofo afirma que, para o corpo, seria uma privação não ter as mãos. No entanto, existem pessoas que utilizam suas mãos para realizarem ações cruéis ou que são consideradas vergonhosas. Caso uma pessoa não possua uma parte de seu corpo, como os pés, o filósofo afirma que lhe faltaria a integridade do corpo. Com efeito, aquele que utiliza de seus pés para praticar o mal ao próximo deprecia a si mesmo, pois ele estaria usando mal os seus pés.

Com efeito, o filósofo afirma³⁴ que, do mesmo modo em que é aprovada a presença desses bens no corpo sem considerar os abusos, é necessário que o doador desses bens seja louvado. Deste modo, a vontade livre precisa ter um tratamento igual, pois sem ela ninguém pode viver com retidão. Por este motivo, é necessário reconhecer que ela é um bem e um dom dado por Deus, sendo necessário condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o sumo Bem não a deveria ter dado ao homem. Devido a isso, compreende-se que, mesmo que o homem use mal a sua vontade livre, ela não deixa de ser considerada um bem.

Porém, entre os três graus de bens apresentados anteriormente, nota-se que a vontade ocupa um grau médio. De fato, todas essas coisas são um bem. E também é fato que todos os bens dos menores aos maiores são dados por aquele de quem todo o bem procede. Deste modo, compreende-se que a vontade livre, mesmo sendo usada por alguns de modo perverso, é um do bem do qual ninguém pode viver.

Entretanto, apesar de o livre-arbítrio ser contado entre os bens advindos de Deus, mas por ser um dom que pode ser usado tanto para o bem como para o mal, Agostinho é levado a reconhecer que a livre vontade do homem não é um bem absoluto, mas um bem relativo médio. Portanto faz uma hierarquia de valores entre os bens concedidos por Deus aos homens(...) O livre-arbítrio é, portanto, um bem médio, posto estar entre o bem supremo, imutável e eterno- Deus, e os bens mutáveis, corruptíveis deste mundo. E como bem médio ele pode tender tanto para o bem, tornando-se um bem, como para o mal, tornando-se mal. Quando a vontade adere ou atende ao Bem supremo, então o homem possui uma vida feliz. (Costa, 2012, p. 95-96)

Para compor seu argumento, Agostinho retoma, de modo breve, o argumento em torno das virtudes cardeais encontradas no primeiro livro de sua obra. Agostinho considera a justiça, uma virtude da qual ninguém pode abusar. Visto que ela se encontra entre os maiores bens que existem nos seres racionais assim como todas as outras virtudes da alma, virtudes responsáveis por levar o indivíduo a ter uma vida boa e honesta. Com efeito, ninguém poderá abusar da prudência, nem da força, nem mesmo da temperança.

³⁴ Cf. *O livre-arbítrio*, II, 18.48; 1995, p. 136.

4.5 A origem do mal: a deficiência do livre-arbítrio

Compreende-se que a vontade se move afastando-se do Bem imutável. Agostinho considera esse movimento como um mal, mesmo que não seja possível viver bem sem a vontade livre, dado que ela se encontra dentre os bens. É possível concluir que o ato da vontade em se afastar de Deus, (sumo Bem), leva o indivíduo a possuir uma vida com pecado. deste modo, é possível questionar: seria Deus seria o autor do pecado? Segundo o filósofo, a resposta para esse questionamento é que não, Deus não é o autor do pecado, pois o movimento de pecar não vem de Deus. No entanto, o filósofo afirma que não pode existir realidade alguma que não venha do sumo Bem, e em todas as coisas possíveis de se notar há um número e ordem, atribuindo logo a sua existência a Deus. Considerando que, se esses elementos fossem retirados de algum ser, necessariamente ele seria reduzido a nada. Pois, conforme com esses elementos resulta a perfeição plenamente realizada. A perfeição em sua realização completa é um bem, e se ocorre a suspensão desse bem, resultaria no absoluto nada.

Logo, compreende-se que todo o bem procede do Bem supremo. Não existindo realidade alguma que não proceda de Deus. Retomando o argumento do pecado, Agostinho afirma que o movimento de aversão constitui o pecado, ou seja, um movimento defeituoso. Com efeito, se é um defeito logicamente ele não pode proceder de Deus. Por este motivo, o filósofo compreende esse movimento como algo voluntário, está sob o poder dos seres humanos, pois, se os homens não o quisessem, ele não existiria.

Considerações finais

Refletindo sobre a natureza da vontade, compreende-se que em sua obra *O livre-arbítrio* Agostinho traz uma discussão envolvendo a natureza da vontade humana e a sua relação com a libido e de como esse processo influencia na escolha do bem e do mal. Tendo em vista os argumentos estabelecidos no livro I de sua obra, observa-se que Deus, como criador, criou o homem, mas foi através da própria vontade que o homem resolveu trilhar em direção às coisas inferiores. No entanto, essa relação entre a vontade e o homem não se trata de algo simples, mostrando ser uma relação conflituosa e complexa na obra agostiniana.

Sobre a vontade, nota-se que ela consiste em uma faculdade volitiva que faz com que os seres racionais escolham em se inclinarem em direção às coisas finitas, consistindo-se em

um movimento desordenado, isto é, uma “contra-vontade” (Novaes, 2002). Após as primeiras análises em torno do mal moral no livro I de *O livre-arbítrio*, Agostinho ao decorrer de sua obra, retoma novamente o problema, mas dessa vez com o intuito de descobrir até que ponto a vontade livre é responsável por fazer o indivíduo pecar. A medida em que em tese o homem foi criado para viver retamente, mas se inclina as coisas finitas através da libido.

Sobre a libido, foi possível compreender que tal inclinação costuma ser associada a um desejo desregrado que, por sua vez, contradiz a ordem natural da natureza humana. Sendo responsável por fazer os seres racionais se inclinarem às coisas finitas, deste modo, os indivíduos se revoltam contra a própria razão. Pois, o ser humano se torna infortunado, pois ao se inclinar a libido, ele se encontra em oposição à razão. Nesse sentido, é possível fornecer os seguintes questionamentos: a razão pode se submeter à libido? A libido é mais poderosa que a mente?

Para responder esses questionamentos, é necessário fazer um breve argumento sobre as leis. Como resposta, compreende-se que a lei eterna possibilita que os indivíduos tenham domínio sobre todas as formas de libido. No entanto, Agostinho discorda dessa ideia, pois seria a contradição da ordem mais perfeita que o menos forte domine o mais forte, sendo necessário compreender que a mente é mais forte e mais poderosa do que a libido visto que, nenhuma alma viciada pode dominar uma alma virtuosa.

No que diz respeito a Deus, mesmo que o sumo Bem tivesse o poder de agir com injustiça, ele não seria capaz de submeter a mente do ser humano a libido. É possível esclarecer a relação entre a mente e a libido de duas formas: toda potência que se encontra de forma igual ou até mesmo superior à mente encontra-se dotada de virtude, por este motivo, ela não pode se escravizar à libido e as coisas inferiores não podem ser escravizadas da libido, devido à sua própria inferioridade. Deste modo, não há nenhuma realidade que torne a mente cúmplice da libido a não ser a própria vontade ou o livre-arbítrio da vontade.

Agostinho se dedicou em apresentar duas concepções de vontade: a boa vontade e a má vontade, a boa é a responsável por conduzir o indivíduo a trilhar um caminho com retidão, honestidade e sabedoria. O uso da boa vontade também livraria o homem de seguir pelos prazeres do corpo, vivendo honestamente e com retidão, tornando-se deste modo, sábio. O indivíduo que não é portador da boa vontade sofre o maior dano de todos, pois se encontra em falta. Deste modo, depende unicamente de a vontade usufruir ou ser privada do que ela toma como verdadeiro bem. Agostinho fundamenta que a boa vontade é uma faculdade contrária a libido.

O discurso em torno da vontade e da libido delineiam a forma e como Agostinho considera o que seria uma vida feliz. Sobre a vida feliz, o filósofo argumenta que os homens que possuem uma vida feliz, devem ser homens bons e não devem se tornar bons apenas por possuírem uma vida feliz, pois os homens bons desejam com retitude aquilo que os maus não desejam. Nesse sentido, os homens desventurados também não possuem uma vida feliz. Devido a isso, existe uma espécie de paradoxo entre a boa vontade e a má vontade. No que diz respeito ao paradoxo, ele se manifesta através da capacidade humana de reconhecer o que é bom, mas ao mesmo tempo sentir impulsos ou desejos que vão contra esse reconhecimento. De certa forma, a faculdade que é um bem acaba sendo enfraquecida pelo pecado, dificultando o discernimento entre o bem e o mal, sendo essa uma questão complexa da natureza humana. Para a dissolução desse paradoxo é necessário possuir a noção de que a vontade é sempre boa, mas que é unicamente o indivíduo que escolhe o seu objeto de desejo por ser dotado pela vontade livre. Logo, todos os indivíduos são dotados de boa vontade.

Na obra agostiniana, a boa vontade possui uma relação com as leis eterna e temporal, pois os indivíduos que se submetem às coisas temporais, agem de acordo com a lei temporal e não podem se livrar da lei eterna. Por outro lado, os indivíduos que vivem de acordo com a lei eterna não possuem necessidades de criar vínculos com a lei temporal. Em sua obra *A trindade*³⁵, Agostinho explica que a alma dos seres humanos, a alma racional vive em contraditoriedade com a própria natureza, fazendo com que o indivíduo vá em direção às coisas temporais por sua própria vontade.

Inicialmente o Hiponense apresenta o livre-arbítrio como a capacidade do ser humano de escolher entre o bem e o mal. Na medida em que a obra avança, o filósofo explora a natureza da vontade humana e sua relação com os desejos/libidos. Assim Agostinho começa a investigar a natureza das paixões/ libido e desejos humanos e a forma de como eles afetam à vontade. Concluindo que o livre-arbítrio é limitado pela natureza humana e somente a graça divina pode capacitar os seres racionais a resistirem às tentações do mal. Essa abordagem psicológica enfatiza a importância do autocontrole para a realização da felicidade, sendo a natureza humana fundamental para a formação moral. Em suma, os aspectos psicológicos da vontade são definidos como uma capacidade inerentemente livre, mas que pode ser influenciada por fatores internos (razão, desejos, libido) e externos. É importante ressaltar que o entendimento agostiniano sobre a vontade está profundamente enraizado em suas crenças teológicas e na busca da salvação moral.

³⁵Cf. *A Trindade*, I, I,I; 1994, p. 23

Sobre o pecado, em Agostinho, tem-se que a vontade que foi um bem dado por Deus (sumo Bem) deveria ser usada unicamente para ir em direção às coisas infinitas, ir em direção ao Bem. Porém, ela possui em si uma declinação que tende a ir em direção às coisas mutáveis (finitas), deixando deste modo, a essência divina para se alimentar de bens inferiores. É possível concluir que não existe apenas um tipo de bem, mas muitos bens, e o pecado tem a sua origem a partir do momento em que a vontade opta por seguir em direção aos bens de teor corruptível. O mal moral é constituído contra Deus, pois, apesar de ele ter nos dado o dom do livre-arbítrio, não é o responsável pelo mal uso que é feito pelo homem através de sua vontade livre. Deste modo, o mal moral nada mais é do que o mal uso do livre-arbítrio da vontade.

Ainda argumentando sobre a relação entre a vontade e a libido, é importante destacar outro ponto importante na obra, que se trata das argumentações em torno da sabedoria. Na concepção agostiniana a sabedoria é considerada como uma verdadeira contemplação ao sumo Bem, ao qual todos os indivíduos desejam chegar sem possuírem dúvida alguma. Observa-se que a questão sobre a sabedoria se articula de modo direto com a noção de erro, visto que, todos os indivíduos que desejam uma vida feliz não podem recair no erro. Pois, o erro acontece quando o indivíduo resolve abandonar o caminho da beatitude e, por este motivo, o filósofo defende que quanto mais um indivíduo erra no caminho da vida, menos sábio ele se torna, pois ao se inclinar ao erro, mais afastado da verdadeira contemplação (Sumo Bem) ele se torna. Pois, Agostinho possui como ideal³⁶ filosófico o amor pela sabedoria e esse amor é manifestado através de um modo indubitável de viver. Essa forma de viver está associada à busca pela verdade, considerada pelo filósofo como o mais importante valor presente nos indivíduos.

A libido em Agostinho pode ser associada a ideia de desejo e em alguns momentos pode se referir a impulsos ou desejos humanos em relação às coisas materiais e terrenas. Já a vontade refere-se à capacidade racional responsável por escolher ou agir. Embora Agostinho não tenha realizado uma clara distinção entre a vontade e a libido em *O livre-arbítrio*, em outras obras, como *Confissões* e *Cidade de Deus*, ele discute a natureza dos desejos humanos, a inclinação para o pecado e a vontade como a faculdade responsável para a busca da compreensão da natureza humana e da relação entre o homem e Deus.

Retomando o argumento sobre o sumo Bem, compreende-se que o filósofo busca explicar por qual motivo Deus se trata de um bem para os indivíduos, pois, em sua concepção, o ser racional não deveria ter dúvida alguma em relação a Deus, da mesma forma que nenhum

³⁶ Cf. AGOSTINHO, *Contra Acadêmicos*, 2006, p. 17

indivíduo deveria ter dúvida alguma sobre a necessidade de possuir o Bem Supremo para ser feliz. Agostinho, então, supõe a existência de diversos bens supremos que são procurados por uma infinidade de pessoas. Por este motivo, supõe-se que a sabedoria não seja única e comum a todos, pelo motivo que os indivíduos escolhem múltiplos e diversos bens. Pois é claro que existe a sabedoria e que todos os indivíduos, através dela buscam a felicidade.

O filósofo considera que a sabedoria é alcançada por aqueles indivíduos que vivem de acordo com a justiça, tornando-se deste modo, sábio. Além disso, aqueles que vivem com prudência e não se desviam da vida com retidão também são considerados sábios, pois suas escolhas refletem tanto a sabedoria quanto a virtude. Em suma, a busca pela sabedoria envolve o reconhecimento da finitude humana, suas limitações, assim como a resistência às influências da libido e do pecado. Conclui-se que para o Hiponense a sabedoria é um caminho em direção a uma vida virtuosa que, por sua vez, leva à felicidade daqueles que a buscam.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo. **Contra os Acadêmicos: Diálogo em Três Livros**. Tradução e prefácio de Vieira de Almeida. Coimbra: Editora XYZ, 1957.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira, São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo/ **Diálogo sobre o livre arbítrio**; Trad. e introd. de Paula Oliveira e Silva; rev. da trad. de Paulo Farmhouse Alberto. - Ed. bilingue em português e latim. - Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

ALVES CORREIA, F. G. **Verdade, sabedoria e felicidade em Agostinho de Hipona**. Kairós, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 225–240, 2022. Disponível em:

<https://ojs.catolicadefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/204>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ARENDIT, HANNAH, 1906-1975. **A vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar**/ Tradução Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida, Helena Martins; revisão técnica Antônio Abranches: Copidesque e preparação de originais Ângela Ramalho. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2000.

AZEVEDO SEGUNDO, Francisco Damazio de et al. **O amor como fundamento ético-político n’A Cidade de Deus, de Santo Agostinho**. João Pessoa, 2017.

CICERO’S, **Tusculan Disputations**: Literally Translated, Chiefly B Y V. D. Yonge. New York: Harper & Brothers, Publishers, Franklin Square. 1888. (tradução nossa)

COELHO, Humberto Schubert. **As exposições de François Decret e Pio de Luis sobre o maniqueísmo**. Revista Ética e Filosofia Política, v. 1, n. 18. Juiz de Fora. 2015.

CORREIA, Joana Paula Pereira. **Maniqueísmo: religião, seita ou heresia**. Simpósio Nacional de História, v. 17. Natal, 2012.

COSTA, M. R. N. (2012). **O livre-arbítrio, segundo Santo Agostinho: um bem ou um mal?**. Revista Filosófica, 7(1). Disponível em: <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2007.V1n1.p%p>

DEGANI, Patrícia. **O agir humano em Confissões e obras anteriores de Agostinho de Hipona: um estudo das relações entre libido, consuetudo e voluntas**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

GOMES, Izaias dos Santos Goes. Agostinho de Hipona: **o mal e sua relação com a vontade humana**. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

KOCH, Isabelle. **Sobre o conceito de voluntas em Agostinho**. discurso, n. 40, 2010, p. 71-94. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2010.68245>

LIMA, R. de. **O Maniqueísmo: o Bem, o Mal e seus efeitos ontem e hoje**. *Revista Espaço Acadêmico*, 1(07), 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40166>

NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. Vontade e Contravontade. **O avesso da liberdade**. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NUNES Costa, Marcos Roberto, **Santo Agostinho e o “problema dos Futuros contingentes”** Revista Archai, núm. 10, enero, 2013, pp. 11-18 Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5861/586161974002.pdf>

POSIDIO, San. Introducción general. **Vida de San Agustín, escrita por San Posidio. Introducción a los Diálogos. Soliloquios. De la vida feliz. Del orden**. Bibliografía agustiniana. En Edición Bilingüe, 1969 (tradução nossa). Disponível em: <https://www.augustinus.it/spagnolo/vita/possidio.htm>

JESKE VAHL, M. **O paradoxo da liberdade em Santo Agostinho e o estatuto ontológico da vontade frente à presciência divina**. Intuitio, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 32–45, 2015. DOI: 10.15448/1983-4012.2015.1.17324. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/intuitio/article/view/17324>

Plano de curso

Introdução

O plano de curso referente ao trabalho de conclusão de curso tem em vista abordar conteúdos a serem trabalhados no primeiro ano do ensino médio. Com uma aula semanal, o plano apresenta aulas em sequência didática para facilitar a aplicação e trabalho do professor e também fornecer aos estudantes uma maior possibilidade de fixação e aprendizagem dos conteúdos. Procurei montar um plano de curso temático e didático-prático seguindo as competências e habilidades que são exigidas pela BNCC.

Sobre os métodos de ensino de filosofia, segundo (Vila, 2020, p. 77) observa-se que faz pouco tempo que a Filosofia é obrigatória no currículo do Ensino Médio causando incertezas ao professor ao buscarem novos métodos de ensino para se ter um diferencial. Deste modo, o professor de Filosofia poderia inovar com perspectivas de análise que tentam desnaturalizar aquilo que parece óbvio, contribuindo com novos olhares problematizando, conseqüentemente, a realidade.

É uma forma mais contextualizada de tratar a Filosofia, na qual o professor consegue optar por um ensino mais calcado na transmissão da tradição filosófica ou por um ensino que invista mais diretamente no trabalho do próprio estudante. É um ensino que se aproxima com as metodologias ativas de aprendizagem e que consegue, se bem aplicado, levar o aluno a refletir sobre o tema estudado e formar o seu próprio conceito, fazendo com que a Filosofia comece com o próprio aluno. (Vila, 2020, p. 78)

Segundo (Lovato, 2018, p. 155), nas últimas décadas houve um aumento no desinteresse dos alunos pelos conteúdos apresentados pelos professores, o que conseqüentemente resultou na perda de seu reconhecimento e autoridade. Dessa forma, a simples transmissão de informações tornou-se ineficiente no que se refere à educação. Segundo o autor, muitos professores acreditam que com aulas expositivas, os alunos conseguem obter uma maior compreensão sobre o conteúdo trabalhando. No entanto, a ciência mostra que, na verdade, os estudantes precisam fazer algo a mais do que apenas ouvir o que o professor tem a dizer.

Lovato (2018, p. 156) afirma que durante o século XVIII, a partir das revoluções liberais na Europa e com a independência dos Estados Unidos, as escolas passaram a enxergar as suas pedagogias com novos olhos, de uma maneira crítica em relação ao ensino-

aprendizagem, no qual os estudantes eram apenas ouvintes. Assim sendo, de acordo com o contexto social da época, os estudantes passaram a ser vistos como indivíduos que possuíam direitos. John Dewey, filósofo e pedagogo, apresentou uma nova estrutura educacional que se opunha à estrutura pedagógica vigente na época. A nova filosofia educacional defendida por Dewey ficou conhecida como “Escola Nova” ou “Escola Progressista”, na qual se valorizava as qualidades individuais de cada estudante, procurando humanizá-los e transformá-los socialmente. Dewey enxergava a educação como um processo de busca ativa do conhecimento por parte do aluno, onde deveria ser exercida a sua liberdade, formando os estudantes a partir de suas criatividade.

A partir do exposto, é possível questionar: O que é essa modalidade de ensino ativa, na qual o estudante não é apenas um ouvinte? Segundo (Lovato,2018, p. 157), são metodologias onde o aluno é o protagonista central, enquanto os professores atuam como mediadores de todo o processo. O aluno passa a ser instigado a participar da aula, através de trabalhos em grupo ou discussões de problemas, sendo deste modo, retirado do comodismo. Ao assumir a responsabilidade pela própria aprendizagem, o estudante desempenha uma série de tarefas, tais como: explorar o problema e levantar hipóteses e identificar as questões a serem investigadas. Tenta solucionar o problema com o que sabe, identificar aquilo que não sabe, prioriza as suas necessidades de aprendizagem. Adquire responsabilidade e expanda o seu campo de conhecimento. A aprendizagem ativa ocorre por meio da interação do aluno com o conteúdo ensinado, estimulando-o a construir o seu próprio conhecimento, em contraste com o simples recebimento passivo de conhecimento.

Por este motivo, no plano de curso também poderão ser adaptadas metodologias ativas que são estratégias que possuem o objetivo de incentivar os estudantes a aprenderem de modo autônomo e participativo, através de problemas e situações reais, através de tarefas que estimulem o seu pensamento. As metodologias ativas possibilitam o pensamento, a iniciativa e o debate, deste modo, os estudantes se tornam responsáveis pela construção de seu conhecimento. Com o auxílio das metodologias ativas, o professor se torna um facilitador do aprendizado saindo da educação bancária e autoritária. Deste modo, destaco algumas metodologias ativas que podem ser agregadas às aulas deste plano de curso.

- **PBL (*Project Based Learning*)** - metodologia ativa de ensino responsável por propor atividades práticas em sala de aula. Onde o estudante é convidado (a) a participar do desenvolvimento de projetos de aprendizagem.

- **PBL (*Problem Based Learning*)** - metodologia ativa de ensino onde as atividades são realizadas através de um problema que é antecipado pelo professor;
- **Mapa conceitual** - é uma metodologia que cria oportunidades para os estudantes mostrarem relações entre os conteúdos e conceitos estudados. É um método que pode ser utilizado como atividade avaliativa, contrariando o método tradicional de avaliações.
- **Sala de aula invertida (*Flipped classroom*)** - se trata de uma metodologia que propõe que o estudante estude suas atividades em casa e em seguida expô-las em sala de aula. Devido a isso, o estudante deixa para trás a postura de ouvinte e se torna o responsável por seu aprendizado.

1º Bimestre: Antiguidade

Tópico 1: Apresentação sobre o que é a filosofia e a sua origem

Habilidades: EF06FI01 - Identificar a filosofia como uma forma de conhecimento que se diferencia de outras formas de conhecimento, como a religião e a mitologia, e compreender sua origem e características.

Tópico 2: (duas aulas) estabelecer a relação entre os tipos de conhecimento como senso comum e senso crítico.

Habilidades: EF09FI02 - Analisar as diferenças entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento filosófico, identificando as contribuições da filosofia para o desenvolvimento do senso crítico.

Tópico 3: (duas aulas) A formação do conhecimento na grécia antiga.

Habilidades: EM13CHS101 - Compreender as principais características da filosofia na grécia antiga, incluindo a busca pelo conhecimento, a importância da razão e a relação com a mitologia e a religião.

Tópico 4: A relação entre a arte e o conhecimento para os gregos.

Habilidades: EM13CHS102 - Analisar a relação entre a filosofia grega e a arte, explorando como os gregos usavam a arte como meio de expressar conceitos filosóficos.

Tópico 5: A educação para Platão.

Habilidades: EM13CHS104 - Compreender a visão de Platão sobre a educação como meio de desenvolver o pensamento crítico, a formação da alma e a busca da verdade.

Tópico 6: O auto conhecimento através de Sócrates.

Habilidades: EM13CHS103 - Analisar a metodologia socrática para o desenvolvimento do autoconhecimento e a importância da maiêutica no processo de reflexão crítica.

Tópico 7: Avaliação escrita.

Habilidades: EM13CHS401 - Elaborar questões e respostas filosóficas, demonstrando capacidade de argumentação e síntese, bem como de aplicar conceitos filosóficos aprendidos.

2º Bimestre: Filosofia, sociedade e antropologia

Tópico 1: (duas aulas) Filosofia naturalista e a sua relação com a racionalidade

Habilidades: EM13CHS201 - Compreender as bases da filosofia naturalista, incluindo a relação entre razão e natureza, e seu impacto no desenvolvimento do pensamento filosófico ao longo da história.

Tópico 2: (quatro aulas) Faces humanas do trabalho.

Habilidades: EM13CHS301 - Analisar as diferentes perspectivas filosóficas sobre o trabalho, incluindo a abordagem de pensadores como Karl Marx, e refletir sobre as implicações éticas e sociais do trabalho humano.

Tópico 3: (três aulas) Pluralidade cultural e diversidade de valores.

Habilidades: EM13CHS202 - Compreender as diferentes visões filosóficas sobre a pluralidade cultural e a diversidade de valores, explorando as contribuições de filósofos como relativismo cultural e universalismo ético. EM13SOCI102 - Analisar as manifestações culturais e as práticas sociais de diferentes grupos e comunidades, bem como suas interações e conflitos, relacionando-as à diversidade cultural e aos valores presentes na sociedade.

Tópico 4: Avaliações - Pesquisa, debates e avaliação escrita.

Habilidades: EM13CHS402 - Participar de debates e discussões filosóficas, expondo argumentos com clareza e coerência, bem como apresentar suas reflexões por escrito, demonstrando capacidade de análise crítica. EM13ANT101 - Utilizar métodos e técnicas de pesquisa em Antropologia, incluindo observação participante e análise documental, para investigar questões relativas à diversidade cultural e social.

3º Bimestre: As fases da liberdade

Tópico 1: (duas aulas) A liberdade na antiguidade à luz de Hannah Arendt

Habilidades: EM13CHS101- Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. EF09FI01 - Analisar a concepção de liberdade na antiguidade a partir de autores como Hannah Arendt, destacando sua relação com a vida política e a participação na pólis.

Tópico 2: (três aulas) A liberdade no medievo considerações sobre *O livre arbítrio*.

Habilidades: EM13CHS205 - Compreender as concepções medievais de liberdade, como o livre arbítrio, e relacioná-las aos contextos históricos e religiosos da época, bem como discutir suas implicações filosóficas e éticas.

Tópico 3: (duas aulas) A liberdade à luz dos pensadores clássicos Karl Marx.

Habilidades: EM13CHS304 - Analisar o conceito de liberdade em Karl Marx e sua relação com a crítica à sociedade capitalista, a luta de classes e a emancipação humana, relacionando-o a contextos históricos e sociais específicos.

Tópico 4: (duas aulas) A liberdade à luz dos pensadores clássicos Max Weber.

Habilidades: EM13CHS306 - Compreender o pensamento de Max Weber sobre a liberdade, o papel da burocracia e a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, relacionando-o a questões contemporâneas e à compreensão da modernidade.

Tópico 5: Atividade avaliativa

Habilidades: EM13CHS401 - Elaborar questões filosóficas, relacionando-as a contextos culturais, políticos e históricos, a fim de promover a reflexão crítica dos estudantes e sua capacidade de argumentação e síntese.

4º Bimestre: Filosofia Moderna e Política

Tópico 1: (duas aulas) Descartes e o método da dúvida

Habilidades: EF69FI02 - Analisar as transformações no campo da filosofia na modernidade, compreendendo as contribuições de filósofos como René Descartes para a constituição de novos paradigmas de conhecimento. EM13CHS102 - Compreender a filosofia moderna, incluindo a epistemologia de Descartes, e a sua influência no desenvolvimento das ciências e na forma como a sociedade se estrutura.

Tópico 2: Marx Weber e a burocracia do Estado.

Habilidades: EM13CHS104 - Compreender as abordagens de Marx e Weber sobre o papel do Estado e da burocracia na sociedade, relacionando-as às questões políticas e sociais contemporâneas. EM13SOCI201 - Analisar a estrutura e o funcionamento das instituições sociais, entre elas, o Estado e suas formas de organização, como a burocracia, e sua relação com o poder.

Tópico 3: Atividade avaliativa

Habilidade: EM13CHS107 - Elaborar questões e problemas filosóficos, identificando suas relações com a história e a cultura, com o intuito de propor respostas argumentativas e éticas.

Tópico 4: Karl Marx e a dominação capitalista

Habilidades: EM13CHS105 - Analisar o pensamento de Karl Marx sobre a alienação, a mais-valia, a luta de classes e a crítica à sociedade capitalista, relacionando-o a contextos históricos e contemporâneos. EM13SOCI301 - Compreender as teorias sociológicas sobre a sociedade capitalista, em especial as de Karl Marx, e relacioná-las a aspectos como a divisão do trabalho, a exploração e a desigualdade social.

Estratégias de recuperação:

É importante que a recuperação de nota ocorra de forma recorrente durante o bimestre, podendo ser realizada através de intervenções de acordo com as habilidades em que os alunos não tiveram uma boa compreensão. No entanto, se mesmo com intervenções ao decorrer do bimestre, os estudantes não conseguirem a nota suficiente para a média, seguem-se os possíveis trabalhos para recuperação de nota.

1º bimestre - Elaboração de um mapa conceitual de um dos temas trabalhados ao longo do bimestre;

2º bimestre - Refazer a avaliação bimestral;

3º bimestre - Elaboração de um texto dissertativo sobre o conceito de liberdade na filosofia;

4º bimestre - Elaboração de uma síntese sobre um dos temas trabalhados ao longo do bimestre.

Objetivos das aulas propostas

A seguir serão apresentados os conteúdos das aulas por bimestre, trazendo um breve resumo de cada aula, informando as bibliografias a serem utilizadas e também a forma de como as aulas serão realizadas.

1º Bimestre - Antiguidade: aulas temáticas através de músicas e PBL- Metodologia baseada em projetos e mapa conceitual

Tópico 1: Expositivas

No primeiro ano do Ensino Médio é onde muitos alunos e alunas terão o primeiro contato com a filosofia. Por este motivo, a primeira aula do primeiro bimestre ficará responsável por apresentar aos discentes um pouco sobre o conceito da Filosofia e de como ela é importante para a nossa formação crítica e racional.

Tópico 2 (duas aulas): Expositivas dialogadas/ temáticas

1. No que diz respeito à segunda aula, ela ficará responsável por fazer a distinção entre os vários tipos de conhecimento, incluindo o senso comum, senso religioso, conhecimento artístico, senso crítico e conhecimento filosófico.
2. Focada em fortalecer a importância da formação do pensamento e de uma opinião crítica. Explicar o que é senso comum e como ele é adquirido. Distinguir o senso comum do pensamento filosófico, científico e crítico. Usar como sensibilização duas músicas. A primeira “Garota de Ipanema” mostra que a música também pode influenciar na formação do senso comum, como é no caso da Bossa Nova, de grande importância cultural para o Brasil, mas que, no entanto, nos mostra somente um lado do país, um lado onde as pessoas possuem condições. Em um segundo momento contrapor com “Girl from Rio” de Anitta, que mostra uma outra realidade do Brasil, uma realidade que é esquecida pela primeira música, uma realidade onde as pessoas não possuem condições de caminhar por Ipanema.

<https://youtu.be/WuenyO4NCQE> https://youtu.be/f-u_pdUyL3o

Tópico 3 (duas aulas): Expositivas dialogadas

1. Essas aulas ficarão responsáveis por fazer a introdução a Grécia Antiga e sua importância para a construção do pensamento ocidental. Destacando as características políticas, econômicas e sociais da Grécia Antiga, destacando o papel da cidade-estado, ou seja, a *polis* e a sua importância fundamental na sociedade grega.

2. Em seguida, apresentar o pensamento grego, apresentando a importância da razão e da mitologia em sua formação. Em suma, conhecer as principais formas de pensamento e conhecimento presentes que se encontravam presentes na Grécia Antiga, relacionando as ideias gregas e o seu impacto com o pensamento ocidental. Para essas respectivas aulas serão usados fragmentos de texto referentes a obra de Jean Pierre Vernant *A origem do pensamento grego* (páginas 9, 10 e 11)

Tópico 4: Expositiva dialogada/temática

Apresentar como a arte foi fundamental para a formação do pensamento grego, artes como o canto, a poesia e as esculturas com o auxílio de um projetor para demonstrar essas artes. Demonstrando como a arte foi mudando o seu conceito desde a antiguidade até a contemporaneidade.

Atividade avaliativa: (PBL- metodologia baseada em projetos) os estudantes elaborarão cartazes expondo como se deu a origem do pensamento grego, através de recortes, figuras e fragmentos de textos)

Tópico 5: Expositiva dialogada

Identificar quem foi Platão e suas principais contribuições para a filosofia e cultura grega. Compreendendo sobre sua vida, suas ideias sobre a vida e sociedade. Mostrar aos estudantes como o filósofo grego compreendia a educação até a formação da Academia.

Tópico 6: Expositiva dialogada

Apresentar aos discentes quem foi Sócrates, o filósofo grego que fazia filosofia conversando. Compreender de como o método socrático é importante para o autoconhecimento.

As aulas em questão, contaram com fragmentos de textos referentes a obra Apologia de Sócrates (versão Virtualbooks 2003) onde será realizada a leitura em conjunto com os estudantes.

Tópico 7: avaliação: elaboração de uma mapa conceitual contendo os principais pensamentos e características dos filósofos.

2º Bimestre Filosofia, Sociedade e Antropologia- aulas temáticas através de vídeos e expositivas dialogadas através de leitura de fragmentos de texto em conjuntos com os estudantes

Tópico 1 (duas aulas): Expositivas dialogadas

1. Estabelecer uma reflexão sobre a relação entre a natureza humana e a natureza (meio ambiente), utilizando os conhecimentos deixados pelos filósofos pré socráticos e comparando-os com a relação homem x natureza no mundo contemporâneo. Usar como exemplo algum dos filósofos pré-socráticos explicando a sua relação com a natureza.
2. Estabelecer debates sobre a relação entre o caos (desordem, desarmonia) e o cosmos (ordem, harmonia) propondo uma análise sobre as relações entre os indivíduos na sociedade. Compreender a relação entre mito (algo que provém da imaginação) e Logos (racionalidade/ discurso racional).

Tópico 2 (quatro aulas): Expositivas dialogadas/ temáticas

1. Contextualizar a filosofia e a sua relação com o trabalho. Visto que a filosofia é compreendida como um tipo de saber que possui como objeto a própria totalidade de tudo o que existe. Destacando o problema antropológico como um problema de natureza filosófica. Enfatizando que na filosofia traz a concepção de homem como um animal político racional.
2. Aula temática: esta aula visa apresentar aos estudantes o filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin, o filme possui como intuito, mostrar a vida de um trabalhador em busca de se estabelecer financeiramente e socialmente, em uma sociedade repleta de inovações e contradições. A história se inicia mostrando o ator como o operário de uma fábrica.
<https://youtu.be/fCkFjIR7-JQ>
3. Contextualizar quem foi Aristóteles, em seguida apresentar um fragmento de sua obra *Política* (ARISTÓTELES, 1997, p. 17- 19) onde o filósofo afirma que existem homens de naturezas diversas, sendo alguns que mandam e outros que obedecem. Para o filósofo as máquinas não trabalham por si próprias, sendo necessário alguém para fazer o trabalho de colocá-las em movimento. Para o filósofo, a sociedade seria uma espécie de reflexo da natureza, onde a cidade se trata de uma extensão da natureza. O filósofo defende que há uma natureza de homens livres que desempenham um trabalho intelectual.
4. Para contrapor o pensamento de naturalista de Aristóteles, nessa última aula da sequência didática será apresentado um recorte do texto *O capital* de Karl Marx (MARX, 1983, p. 149-150). Após contextualizar o filósofo, esta aula se preocupa em apresentar a concepção de

Marx sobre o trabalho, pois o filósofo acredita que o trabalho é um processo entre homens e natureza, um processo onde o homem modifica a natureza como resposta a ação de seu trabalho.

Obs: Os fragmentos de textos citados acima se encontram no caderno mapa disponibilizado pelo estado de Minas Gerias pág 65. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1I7Ypz3i9T_AlgqfCf62PMetNHhS0eTVW/view

Tópico 3: Expositivas dialogadas/ Temáticas

1. Contextualização: a relação entre a antropologia e a cultura se dá através do fato de que os seres humanos são seres de cultura, sendo possível ter um contato com o mundo através de amplo campo cultural: família, escola, religião, trabalho. A cultura também é responsável pela formação de crenças. Contextualizar a formação das crenças através do fragmento do texto de Clifford *A ética da Crença*.
2. Continuação: essa aula terá como finalidade trazer a continuidade da aula anterior, mas acrescentando novas estruturas, novas formas de pensar. Através do texto *Ensaio* de Montaigne será proposto uma interação com os estudantes sobre o sistema de valores presentes na sociedade, esclarecendo que esses sistemas de valores se tratam de uma simples construção social.
3. Continuidade e conclusão: esta aula terá o intuito de fazer com que os estudantes repensem suas crenças construídas culturalmente/ socialmente, com o auxílio do documentário: “Ética, alguém viu por ai?” <https://youtu.be/pD6zRpyB6Q0>

Tópico 4: Avaliações

No segundo bimestre, o método além dos debates, será através da escolha de um dos temas trabalhados nas últimas três aulas onde os estudantes terão que elaborar um texto dissertativo, esclarecendo as concepções do autor escolhido demonstrando a sua própria compreensão acerca do tema.

3º Bimestre: As fases da liberdade- PBL metodologia baseada em problemas

Tópico 1 duas aulas: Expositivas dialogadas

1. Esta aula ficará responsável por trazer uma breve recapitulação sobre a filosofia antiga e também ficará encarregada de fazer uma breve reflexão sobre quem foi Hannah Arendt.
2. Após a recapitulação sobre a filosofia antiga, será apresentada a compreensão sobre a liberdade na antiguidade através do pensamento de Hannah Arendt, com o auxílio da obra *Estado e democracia uma introdução ao estudo da política*. (pág 5 e 6)

Tópico 2 duas aulas: Expositivas dialogadas/ PBL

1. A primeira aula ficará responsável por apresentar aos discentes um pouco sobre a História da Filosofia Medieval, explicando as divisões: Patrística e Escolástica. Com o auxílio da metodologia ativa baseada em problemas, os estudantes serão divididos em grupos, onde deverão elaborar uma pesquisa sobre como se deu a filosofia no período medieval. A pesquisa será apresentada na aula seguinte.
2. Após a apresentação dos grupos referente ao problema deixado na aula anterior, a segunda aula ficará responsável por trazer uma reflexão sobre a vida de Agostinho de Hipona, contextualizando suas principais obras com foco em seu livro *O livre-arbítrio*.
3. Após a contextualização da obra, será apresentado aos discentes fragmentos do texto a fim de esclarecer como o filósofo Agostinho de Hipona compreendia a liberdade dos seres racionais.

Tópico 3 duas aulas: Expositivas dialogadas

1. A primeira aula ficará responsável por apresentar aos estudantes quem foi Karl Marx, relacionando-o com a Filosofia e Sociologia, destacando sua importância para o desenvolvimento contemporâneo de ambas áreas do saber.
2. A segunda aula será a exposição da concepção de liberdade de Marx através de fragmentos de textos de sua obra *O capital*.

Tópico 4 duas aulas: Expositivas dialogadas

1. A primeira aula possui como objetivo apresentar aos estudantes quem foi Max Weber, destacando a sua importância para filosofia política e também para a sociologia.
2. Através da obra, será apresentado aos estudantes a visão de Weber sobre a liberdade relacionando a liberdade dos indivíduos com a burocracia do Estado.

Tópico 5: Avaliação- PBL (metodologia baseada em projetos)

Projeto - no terceiro bimestre, o método avaliativo, além dos debates em sala de aula, serão realizados através da criação de um projeto. Os estudantes deverão escolher um dos autores trabalhados em sala de aula e criarão cartazes expondo seus principais pensamentos e em expor em forma de um mural para o restante da escola.

4º Bimestre: Filosofia Moderna e Política

Tópico 1 duas aulas: Aula expositiva

1. Em primeiro momento será apresentado aos estudantes quem foi René Descartes apresentando as suas contribuições sobre a filosofia moderna. Em seguida será feita uma introdução sobre a sua obra *Meditações Metafísicas*.
2. A segunda aula ficará responsável por apresentar aos discentes os argumentos da dúvida e a formulação do cogito através de um mapa conceitual feito na lousa.

Tópico 2 uma aula: expositiva dialogada

Essa aula terá como prioridade apresentar aos estudantes a concepção de Marx sobre a dominação capitalista, apresentando a dominação burguesa sobre o proletariado através de fragmentos de textos da obra *O capital*.

Tópico 3: Avaliação escrita.

Tópico 4 uma aula: Aula Temática

Essa única aula possuirá o intuito de apresentar quem foi Thomas Hobbes contextualizando a dominação do Estado presente em sua obra *Leviatã*. *Leviatã* pode ser considerada a obra prima de Thomas Hobbes 1588- 1679 (filósofo jus naturalista e contratualista), a obra *Leviatã* foi publicada no período de tomada de poder da Inglaterra por Oliver Cromwell no período em que a Inglaterra passou a ser uma república governada por um militar em 1651. O *Leviatã* é identificado como um monstro bíblico retratado nas Escrituras através do livro de Jó, na concepção hobbesiana não existia na terra força capaz de se igualar ou superar o poder do *Leviatã*. Hobbes viveu em uma época de grande instabilidade política, deste modo, toda a sua mecânica foi direcionada a busca de uma paz social e política. Compreende-se que o filósofo desenvolveu um estudo sobre o homem em seu estado de natureza até o seu encontro com o homem artificial Estado/ *Leviatã*.

Após a breve contextualização, será transmitido aos estudantes o vídeo: Hobbes | *Leviatã*- Se liga Enem vestibulares disponível em:

<https://youtu.be/jnrzUx5xVac?si=4UK8SaYFnXBHvjOf>

Tópico 5 atividade avaliativa: os estudantes elaborarão um texto dissertativo em grupo sobre a passagem apresentada sobre o *Leviatã*. Essa atividade poderá ser realizada por meio de pesquisa

e em seguida os discentes farão a exposição de seus textos para o restante da classe através de seminários.

Tópico 6 duas aulas: aulas expositivas

1. Finalizando o ano letivo, os estudantes poderão conhecer Angela Davis destacando a sua importância para filosofia política e também a sua importância na luta de classes e seu impacto no que diz respeito ao feminismo e defesa dos direitos das mulheres.
2. Na segunda aula, serão apresentados aos estudantes fragmentos de textos relacionados a obra *Mulheres, raça e classe* onde serão esclarecidos os apontamentos levantados na aula anterior.
- 3.

Tópico 7 Atividade avaliativa: Como última atividade avaliativa/ atividade de recuperação do último bimestre letivo, os discentes deverão elaborar um mapa mental ou conceitual ou metal sobre os pensamentos de Angela Davis.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1997.
- ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. **Ensinar filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- DESCARTES, René; CASTILHO, Fausto. **Meditações sobre a filosofia primeira** (1641). Tradução de Fausto Castilho. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MONTAIGNE. **Ensaio**. tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Abril Cultural, 1942.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. VirtualBooks. 1ª Edição, Pará de Minas, 2003. Disponível em: <https://www.baixelivros.com.br/ciencias-humanas-e-sociais/filosofia/apologia-de-socrates>
- RIOS, Ediana Rabello Girão et al. Senso comum, ciência e filosofia: elo dos saberes necessários à promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 501-509, 2007.

SINGER, André, ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

VERNAT, Jean- Pierre. **As origens do pensamento grego**. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VILA, Ícaro L. F., & FARIAS JÚNIOR, J. P. de. **Metodologias ativas no ensino de filosofia**. *Open Minds International Journal*, 1(3), p. 74–88, 2020.